



Departamento De Ciência Política e Políticas Públicas

# O Acompanhamento às Famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro

Rúben Alexandre Félix Ribeiro

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018





Departamento De Ciência Política e Políticas Públicas

# O Acompanhamento às Famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro

Rúben Alexandre Félix Ribeiro

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

## Agradecimentos

Queria agradecer:

Ao Professor Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira pela grande ajuda, orientação e disponibilidade dada durante a execução do projeto.

Ao Exército Português por me ter dado todas as oportunidades necessárias para estudar, por me ter apoiado durante esta aventura e por se terem disponibilizado a ajudar em tudo o que precisava para a elaboração do trabalho de projeto.

Ao ISCTE – IUL por se ter afigurado como uma segunda casa e por me ter dado uma segunda família.

À praxe de Serviço Social por me mostrar que mais vale dar de nós do que pensar em nós. Levo comigo para a vida todos os ensinamentos, a saudade fica, mas ficam também os princípios que norteiam a melhor praxe do ISCTE: Respeito, Humildade, União, Inteligência e Igualdade.

A Vida é uma praxe tal como a praxe é uma vida.

Ao Gonçalo, meu padrinho, por desde o início desta aventura estar ao meu lado, por me ter dado na cabeça quando precisei, mas a cima da tudo salvar-me quando começo a cantar “desta vez estou mesmo à rasca”. Começaste como um desconhecido hoje és um irmão nada disto tinha sido possível sem ti... NADA.

Às minhas irmãs que são também o meu orgulho, duas das pessoas mais importantes da minha vida, por me ensinarem a lutar pelos meus objetivos, mostrarem que todas as dificuldades são ultrapassáveis e que quando estamos juntos ninguém nos consegue derrubar.

Aos meus pais que desde início, cada um à sua maneira, me levaram para a frente, apoiaram incondicionalmente, nunca me deixaram faltar nada, estiveram sempre ao meu lado, fizeram tudo por mim. Obrigado por nunca me deixarem desistir e por estarem lá para me mostrar o caminho. Sou um sortudo.

## Resumo

O trabalho de projeto denominado “O Acompanhamento às Famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro” promove uma ação junto das famílias dos oficiais do exército que vão em missão para o estrangeiro devido à ausência de um dos membros do agregado, uma vez que as dificuldades inerentes à saída de um membro do agregado podem obrigar a grandes mudanças na dinâmica da família o que poderá causar graves problemas a nível familiar.

Este projeto tem como objetivo compreender de forma estruturada as dificuldades das famílias, perceber, através de questionários, como as mesmas percecionam esses problemas e por fim apresentar uma proposta de projeto com base na prática do Serviço Social, que visa intervir junto das famílias de modo a ultrapassar ou diminuir as dificuldades resultantes da saída de um dos membros, facilitando assim o ultrapassar de uma fase stressante da vida da família.

Foi utilizada como metodologia a revisão de literatura e a análise de artigos científicos, revistas, livros e teses que de alguma forma poderiam trazer novos contributos ao projeto. A análise empírica foi também uma das chaves deste projeto uma vez que o mestrando é militar, conseguindo por isso enquadrar-se como observador participante. Foram ainda efetuados questionários a sete famílias que tiveram um dos membros em missão no estrangeiro de forma a conseguir testemunhos na primeira pessoa.

Os resultados adquiridos através da análise documental e questionários vieram demonstrar a importância da implementação de um projeto de acompanhamento destas famílias pois ficou comprovado que esse acompanhamento é praticamente inexistente não indo por isso ao encontro de grande parte das dificuldades que as famílias identificam.

Palavras Chave: Família, Acompanhamento, Exército, Missões no estrangeiro, Serviço Social.

## **Abstract**

The work project, "The Social Monitoring to army Officer's Families in Missions Abroad" promotes an intervention with the families of army officers on mission overseas go through because of the absence of one of the members of the household since these difficulties can lead to major changes in the dynamics of the family which can cause serious problems in the family.

The aim of this project is to understand in a structural mode the difficulties of these families, getting to know through questionnaires how they perceive these problems and finally to present a project proposal based on the Social Work practices that aims to help families to surpass or reduce the difficulties resulting from the departure of one of the members, turning easier to overcome that stressful phase.

As a methodology to accomplishment this work there was a literature review using scientific articles, magazines, and books that could somehow bring new contributions to the project. The empirical analysis was also one of the keys to this project since the master degree's student is also a soldier and that allowed the student to become a participant observer. Finally, questionnaires were carried out to seven families who had one of the members on mission abroad to obtain information from these families.

The results obtained through the documental analysis and questionnaires revealed the importance of the implementation of a follow-up project with these families, since it has been proven that this monitoring is practically non-existent and the existing services do not answer to many of the difficulties that families identify.

**Key Words:** Family, Social Monitoring, Army, Missions Abroad, Social Work



# Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras.....	vi
Glossário de siglas.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
I - CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	3
<b>1. Tema.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1 - Apresentação do tema.....</b>	<b>3</b>
<b>1.2 - O oficial do exército português.....</b>	<b>5</b>
<b>1.3 - Articulação do tema com o Serviço Social.....</b>	<b>8</b>
<b>2. Problemática de estudo.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 - Operações de apoio à Paz.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 - O exército e o apoio às famílias de militares em missões no estrangeiro.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 - IASFA.....</b>	<b>12</b>
<b>3. Clarificação do problema social.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 - Os desafios das famílias dos oficiais em missões no estrangeiro.....</b>	<b>13</b>
<b>4. Diagnóstico.....</b>	<b>16</b>
<b>4.1 – Questionários às famílias.....</b>	<b>16</b>
<b>4.2 – Entrevista a profissional especialista de psicologia.....</b>	<b>22</b>
II - CAPÍTULO: PROJETO “FAMÍLIAS DE PORTUGAL”.....	26
<b>1. Justificação Vs quadro teórico.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 - Família.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 - Serviço Social e a família.....</b>	<b>28</b>
<b>2. Objetivos: gerais e específicos.....</b>	<b>30</b>
<b>3. Destinatários/ população – alvo.....</b>	<b>30</b>
<b>4. Ações a desenvolver.....</b>	<b>31</b>

<b>5. Metodologia: modelos e técnicas</b> .....	36
<b>5.1 - O serviço social centrado na pessoa</b> .....	36
<b>5.1.1 - O <i>case work</i></b> .....	36
<b>5.1.2 - O modelo psicossocial</b> .....	37
<b>5.2 - Abordagem centrada na família</b> .....	40
<b>5.3 - Modelo ecológico-sistémico</b> .....	41
<b>5.4 - Teoria de gestão de stress</b> .....	43
<b>6. Avaliação</b> .....	44
<b>6.1 - Indicadores de avaliação / Resultados a atingir</b> .....	45
<b>7. Cronograma</b> .....	59
<b>8. Análise crítica e reflexiva sobre o processo</b> .....	61
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	63
<b>WEBGRAFIA</b> .....	66
<b>FONTES</b> .....	66
<b>ANEXOS</b> .....	I
Anexo A – Guião de questionário às famílias .....	I
Anexo B – Guião de entrevista ao profissional .....	II
Anexo C – Curriculum Vitae – Modelo europeu .....	III

## **Índice de Quadros**

Quadro 1.1 - Efetivos das forças armadas portuguesas destacados por operação em 2008 .....	3
Quadro 1.2 – Constituição das famílias inquiridas .....	17
Quadro 2.1 - Tabela de Objetivos, Ações, Tarefas, Indicadores e Metas .....	48

## **Índice de Figuras**

Figura 1.1 - Participação Nacional em Missões Internacionais entre 1997 a 2017 .....	4
Figura 1.2 - Participação Nacional em Missões Internacionais em 2018 .....	4
Figura 2.2 – Cronograma .....	58

## **Glossário de siglas**

- CPAE – Centro de Psicologia Aplicada do Exército
- CINAMIL – Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar
- EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas
- EPI – Escola Prática de Infantaria
- IASFA – Instituto de Ação Social do Exército
- NAPIC – Núcleo de Apoio Psicológico Intervenção na Crise
- NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- ONU – Organização das Nações Unidas
- RDM – Regulamento de Disciplina Militar
- RGSUE – Regulamento Geral do Serviço nas Unidades, Estabelecimentos e Órgão do Exército

## INTRODUÇÃO

O presente projeto intitulado: “O Acompanhamento às famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro”, procura estruturar um processo de intervenção social junto das famílias dos oficiais em missões no estrangeiro, que permita diagnosticar e identificar quais as dificuldades existentes na famílias dos militares em missão quando estes se deslocam para o estrangeiro e por fim planear e construir um projeto que ao ser efetivado possa suprimir as dificuldades identificadas para assim implementar um acompanhamento continuo no âmbito do Serviço Social a essas famílias.

Foram também objetivos do mestrando neste projeto adquirir uma aprendizagem baseada na investigação, mas também na prática profissional onde os conhecimentos adquiridos nas vertentes globais da intervenção em Serviço Social durante a licenciatura e mestrado possam também ser testados permitindo assim relacionar os conhecimentos adquiridos com a realidade vivida como investigador. Foi também importante para o mestrando compreender a matriz de avaliação aplicada à prática do assistente social, utilizar metodologias específicas do Serviço Social no quadro da intervenção do projeto bem como enquadrar no mesmo os instrumentos de suporte ao exercício profissional do assistente social.

Este projeto está organizado em dois capítulos distintos sendo que no primeiro é desenvolvida a construção do objeto através da identificação e apresentação do tema e demonstra-se como o mesmo se articula com o serviço social. De seguida, incidimos sobre a problemática de estudo onde esmiuçamos as operações de apoio à paz, percebemos que tipo de apoios foram dados de forma oficial às famílias dos oficiais em missão e por fim apresentamos o IASFA como instituto responsável pelo apoio social das forças armadas. Ainda no primeiro capítulo fazemos uma clarificação do problema social através da explicação dos desafios das famílias dos oficiais em missão no estrangeiro, numa parte final apresentamos o diagnóstico efetuado através do questionário a famílias de oficiais que estiveram em missão no estrangeiro com o objetivo de tentar perceber quais as dificuldades que as famílias sentiram com a saída do oficial para missão, que tipos de apoios foram proporcionados, que apoios consideram que teriam sido importantes e ainda entender se consideram importante a existência de um trabalho ao nível do serviço social junto das famílias.

No segundo capítulo apresentamos o projeto sendo que inicialmente se apresenta a justificação do mesmo através de um quadro teórico que incidirá sobre a família e na sua relação com o serviço social. De seguida, serão apresentados os objetivos gerais e específicos do projeto, os destinatários e as ações que serão efetuadas para a sua efetivação. São ainda apresentados os modelos que integram o projeto tais como os modelos centrados na pessoa onde salientamos o *case work* ou o modelo psicossocial. É também feita uma análise à abordagem centrada na família, ao modelo ecológico-sistémico e por fim à teoria de gestão de stress. Apresentamos ainda o modo de avaliação do projeto, os seus indicadores e quais os resultados que pretendemos atingir passando por fim à tabela de síntese do projeto e ao cronograma do mesmo.

## I - CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO

### 1. Tema

#### 1.1 - Apresentação do tema

O presente trabalho de projeto intitula-se “O Acompanhamento às famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro”.

Este tema tem pertinência para o serviço social, pois desde que Portugal se tornou um parceiro ativo da comunidade internacional em missões militarizadas no exterior do território nacional a 5 de janeiro de 1996 já foram enquadrados pelo exército português milhares de militares para fora de país. Só em 2008 mais de mil militares estavam nos cinco continentes (Europa, Ásia, África, Oceânia e América), em missões da NATO, ONU e da União Europeia, tal como identifica no quadro 1.1.

Quadro 1.1 - Efetivos das forças armadas portuguesas destacados por operação em 2008. (Duarte, 2008:133)

Organização	País	Operação	Unidade	Efetivos
UE	Bósnia-Herzegovina	EUFOR	Observadores militares; QG	14
NATO	Afeganistão	ISAF	1CCmds; TACP; QG	167
NATO	Afeganistão	ISAF	Consultores militares – OMLT	12
ONU	Afeganistão	UNAMA	Observador militar	1
ONU	Líbano	UNIFIL	Unidade Engenharia 4 e QG UNIFIL	147
NATO	Kosovo	KFOR	Bat. Inf. Para-quedista e QG KFOR	295
ONU	Kosovo	UNMIK	Observadores militares	2
UE	Bósnia-Herzegovina	EUFOR	Integrated Police Unit (GNR)	34
UE	Rep. Democrática do Congo	EUSEC	Consultores militares	2
NATO	Mar mediterrâneo e Oceano Atlântico	SNMG1	Fragata Vasco da Gama	196
ONU	Timor	UNMIT	Observadores militares	4
NATO	Iraque	NTM-I	Consultores militares	6
UE	França – Paris	EUFOR TCHAD RCA	Oficiais Estado-Maior	2
UE	Guiné-Bissau	EUSSR	Consultor militar	1
UE	Chade	MINURCAT	Observador militar	1
TOTAL				884

Para além dos Militares que são indicados no quadro 1 “acrescem também os 74 efetivos a prestarem assessoria técnico-militar às Forças Armadas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.” (Duarte, 2008: 133) e ainda os cerca de 100 Militares enviados para a República Centro Africana.



Ao analisarmos os dados anteriores, concluímos que o tema constitui um problema de investigação, uma vez que existe um elevado número de efetivos das forças armadas portuguesas destacados para operações militares internacionais sendo que em apenas dezasseis anos esse número ultrapassou os trinta e seis mil militares, o que significa que deverá existir igual ou equivalente número de famílias que poderão estar a passar por situações de vulnerabilidade devido à saída de um membro familiar sendo por isso importante acompanhar essas famílias tendo em atenção os possíveis problemas causados bem como a melhor forma de os conseguirem ultrapassar em família ou se necessário com a ajuda do Estado.

## **1.2 - O oficial do exército português**

Antes de começarmos a falar do oficial do exército português no singular é importante clarificar onde este se situa na hierarquia militar.

O exército português é dividido em três grandes classes que por sua vez têm hierarquias dentro das mesmas sendo estas:

1. Praças;
2. Sargentos;
3. Oficiais.

Cada classe tem as suas competências e funções, podendo as mesmas serem divididas dentro dessas classes, de acordo com a hierarquia a que se pertence. Segundo o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades, Estabelecimentos e Órgão do Exército (RGSUE, 2018), no Capítulo I, artigo 3º podemos dividir as mesmas entre funções de:

- *Comando* – traduz-se no exercício da autoridade conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, forças, unidades e estabelecimentos; o exercício da autoridade conferido pelas leis e regulamentos é acompanhado da correspondente responsabilidade, que não é delegável, sendo o comandante o único responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como as forças ou unidades subordinadas cumprem as missões atribuídas.

- *Direção ou chefia* – traduz-se no exercício da autoridade conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar estabelecimentos e órgãos militares; o exercício da autoridade conferida pelas leis e regulamentos é acompanhado da correspondente responsabilidade, que não é delegável, sendo o diretor ou chefe o único responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como os estabelecimentos e órgãos militares subordinados cumprem as missões atribuídas.

- *Estado-maior* – consiste na prestação de apoio à decisão e assessoria do comandante, diretor ou chefe (Cmndt/Dir/Ch) e traduz-se, designadamente, na elaboração de estudos, informações, diretivas, planos, ordens e propostas, tendo em vista a preparação e a transmissão da tomada de decisão e a supervisão da sua execução

- *Chefia técnica* – consiste no exercício de autoridade conferida a um militar, assente na experiência profissional e na habilitação com especiais qualificações técnicas, inerentes ao quadro especial a que pertence, que lhe permite assumir a responsabilidade pelo funcionamento, coordenação e controlo de serviços e estruturas de natureza técnica.

- *Execução* – traduz-se na realização de ações pelos militares integrados em forças, unidades, estabelecimentos e órgãos tendo em vista, principalmente, a preparação para o combate, o combate e o apoio ao combate no âmbito da defesa militar da República, bem como o cumprimento das demais missões atribuídas às Forças Armadas; na função execução incluem-se as atividades que abrangem, designadamente, as áreas de formação profissional, treino, logística, administrativa e outras de natureza científica, tecnológica e cultural, bem como as atividades de docência e de investigação em estabelecimentos militares.

Desta forma a primeira classe do Exército, ou seja, a mais baixa, é a classe de Praças que se destina, segundo o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), “ao exercício, sob orientação, de funções de natureza executiva e ao desenvolvimento de atividades de âmbito técnico e administrativo” (título I capítulo III artigo 130º alínea 1). A segunda classe, ou classe intermédia, é a classe de Sargentos que tem como função “exercício de funções de comando, chefia e chefia técnica, de natureza executiva, de carácter técnico, administrativo, logístico e de formação.” (capítulo III artigo 129º alínea 2). Por último a classe hierarquicamente mais alta é a classe de Oficiais que tem “funções de comando, direção ou chefia, estado-maior e execução que requeiram elevado grau de conhecimentos de natureza científica e técnica”. (artigo 128º alínea 2)

Como dito anteriormente a classe de oficiais é ainda dividida em várias classes que têm cada uma delas funções diferentes, estas classes colocadas de hierarquia inferior para superior são:

- *Alferes* – tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.f a função de “comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como, de acordo com o respetivo quadro especial, executar as atividades relacionadas com o seu nível de responsabilidade.” (EMFAR, 2015)

- *Tenente* - tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.e a função de “comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como, de acordo com o respetivo quadro especial, executar as atividades relacionadas com o seu nível de responsabilidade.” (EMFAR, 2015)

- *Capitão* - tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.d a função de “comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir, coordenar e executar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade” (EMFAR, 2015)

- *Major* - tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.c a função de “chefia, coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como executar atividades de Estado-Maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade” (EMFAR, 2015)

- *Tenente-Coronel* - tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.b a função de “comando, direção ou chefia, supervisão e coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir, coordenar e executar atividades de estado- -maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade” (EMFAR, 2015)

- *Coronel* - tem segundo o EMFAR título II capítulo III artigo 217º alínea 2.a a função de “comando, direção ou chefia, supervisão e coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir e coordenar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade” (EMFAR, 2015)

Aos oficiais, segundo o Regulamento de Disciplina Militar, é ainda dada competência disciplinar, se exercerem funções de comando, chefia ou direção, de forma a poder punir ou recompensar os seus subordinados bem como elogiar ou advertir e ordenar detenção ou prisão dos mesmos. (RDM, 2009) sendo ainda imposto segundo o livro I, Título I Artigo 12º do EMFAR os deveres de obediência, autoridade, disponibilidade, tutela, lealdade, zelo, camaradagem, responsabilidade, isenção política, sigilo, honestidade, correção e aprumo.

### **1.3 - Articulação do tema com o Serviço Social**

A prática do assistente social com famílias é uma área de intervenção do Serviço Social uma vez que desde de sempre este se preocupa com os problemas familiares tanto a um nível geral como a um nível individual pois “os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões”. (Neder, 1996, apud Miotto 2004: 2)

Inicialmente o Serviço Social com famílias era muito diferente do trabalho realizado com as famílias nos dias de hoje uma vez que tinha uma base assistencialista que era marcada “pelas influências do higienismo, do moralismo e do conservadorismo que serviram como norma (...) para gerência da vida social e famílias, (...) a formação de padrões de comportamentos, (...) bem como o exercício da disciplina, controle e vigilância sobre a saúde, a educação, a higiene, os corpos e a sexualidade dos sujeitos da família” (Carvalho, 2015: 17) levando a que muitas vezes estes trabalhos fossem centrados no indivíduo problemático o que transformava o Serviço Social com a família não num trabalho coletivo, mas sim num trabalho singular em relação ao utente identificado, culpabilizando-o sem ter em atenção o meio e as condições de socialização envolventes.

À medida que o Serviço Social se transformava de uma profissão com o único objetivo de assistir, para uma disciplina científica que tenta potenciar através dos recursos envolventes na comunidade, nas instituições, e na própria pessoa, uma melhoria da qualidade de vida bem como a procura por uma sociedade mais igualitária, com menos injustiças, colocando o cidadão como alguém com plenos direitos dentro de determinada sociedade, as práticas do trabalho com a família foram também tendo alterações nas “intervenções profissionais com as famílias, seja na forma de atendimento individual, grupal, familiar, visita domiciliar, comunitária e no planeamento e gestão das políticas sociais (...) políticas públicas” (Carvalho, 2015: 17) com vista a ter sempre salvaguardada a dignidade do sujeito através das novas teorias sistémico-relacionais pois “não era possível fazer uma intervenção a um membro da família sem influenciar o grupo todo, de tal forma em que alguns casos, era necessário alargar a intervenção a toda a família.” (Towle, 1960, apud Carvalho 2015: 1). A partir desta premissa de que a família trabalha como um todo e que esta tem que ser trabalhada em conjunto através de um dos modelos encontrados no Serviço Social, o modelo sistémico centrado nas relações, começa a ficar demonstrada a importância desta disciplina na intervenção pretendida no tema apresentado uma vez que a pessoa, a família e a sociedade não

se trabalham de forma singular pois estes níveis vão alterando-se uns aos outros. O Exército enquadra-se assim como uma instituição que, incluindo-se no nível social, vai alterar a dinâmica familiar e pessoal. Aliado a este modelo temos também o modelo ecológico, as teorias de gestão de stress, a mediação ou mesmo o modelo de resposta de ajustamento e adaptação familiar.

Tendo agora noção do exemplo de um modelo do Serviço Social que pode de alguma forma ser benéfica para o que se propõe neste projeto, coloca-se agora em perspectiva os objetivos da intervenção do assistente social com o grupo familiar:

- Identificar e clarificar problemas encontrados na família;
- Identificar, num trabalho conjunto com a família, as necessidades da família e dos membros que a constituem;
- Aconselhar acerca da resolução das situações;
- Promover o desenvolvimento de capacidades sociais;
- Fornecer informação necessária para o ultrapassar de um problema;
- Orientar a família de modo a ter um acesso mais fácil aos recursos existentes e se possível encaminhá-las para as entidades competentes para a resolução dos seus problemas;
- Promover a existência de novos recursos com objetivo de apoio à família;
- Facilitar o desenvolvimento de relações intrafamiliares;
- Capacitar os membros da família para o desempenho de novos papéis que se adaptem as situações-problema encontradas;
- Promover a autonomia da família.

O assistente social pode levar a cabo várias formas de intervenção para alcançar estes objetivos. Por exemplo, o acompanhamento familiar, que se caracteriza por “um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódica (...) e a busca pela superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas” (Andrade, 2012: 54) Através desta ferramenta o assistente social pode desenvolver um conjunto de intervenções em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família ter acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias.

Quando falamos do acompanhamento familiar, a articulação do assistente social com a família é feita numa abordagem da própria família como promotora de desenvolvimento e educação através da tentativa de:

- Enfrentar situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir ocorrência de riscos e, ou violação de direitos;
- Identificar e estimular as potencialidades das famílias e territórios;
- Assegurar seguranças de assistência social;
- Promover o acesso a família e seus membros a direitos;
- Criar as bases para a resolução do problema quando deparados com a inexistência de meios necessários para que estes possam ser ultrapassados.

Este acompanhamento seria de fulcral importância para perceber se a família está a conseguir adaptar-se de forma satisfatória à saída de um dos membros ou se por outro lado esta saída tenha levado a dificuldades que com a ajuda do assistente social podem ser enfrentadas pelos meios existentes na família ou através de serviços e apoios existentes na comunidade.

## **2. Problemática de estudo**

### **2.1 - Operações de apoio à Paz.**

A intervenção do exército português em missões no estrangeiro é maioritariamente enquadrada em operações de apoio à paz no âmbito da NATO ou da ONU tendo então estas missões como principal objetivo manter a Paz num certo sítio ou país de acordo com as normas internacionais de forma a facilitar a resolução de conflitos tendo sempre em conta os direitos humanos.

Estas missões devem ser efetuadas de forma imparcial por parte do exército com vista à manutenção de Paz ou na tentativa de chegar a um acordo que possa conceber a base para essa Paz devendo também ser sempre efetuada com a ajuda e monitorização de uma organização internacional também ela imparcial tal como a ONU e tem de ter na sua equipa não só forças militares, mas também agências diplomáticas e humanitárias. Podemos então definir as operações de apoio à Paz como “operações multifuncionais, conduzidas com imparcialidade, em apoio de um mandato das Nações Unidas ou da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, envolvendo forças militares e agências/ organizações de âmbito diplomático e humanitário, por forma a atingir as condições especificadas no referido mandato ou um acordo político a longo termo” (Dias, 2000: 3). Este tipo de missões podem ser distinguidas de outros tipos de missões

externas pois as “forças militares empenhadas, ao invés de desenvolverem ações de combate, são chamadas a cumprir outro tipo de tarefas para as quais é requerida uma postura imparcial da força supervisora” (Silva, 2008:26). Estas missões têm que ser efetuadas de acordo com seis princípios fundamentais, segundo Carvalho estes são:

- “Imparcialidade: embora seja muito difícil em determinados cenários é fundamental para preservar a confiança e conseguir a cooperação (ser imparcial não é sinónimo do não uso da força).
- Consentimento e cooperação: respeito pelas leis e hábitos do país hospedeiro.
- Limitação do uso da força: uso da força permitido em autodefesa de posições e equipamentos ou para possibilitar o cumprimento da missão.
- Unidade e carácter internacional: respeito pelo mandato da ONU por parte das forças militares.
- Respeito pelos direitos humanos: todos os militares têm de estar conscientes das regras e direitos. É fundamental distinguir civis e combatentes.
- Respeito pelas leis e costumes locais: conhecer a área de operações e assegurar que os militares conheçam e respeitam as normas sociais, culturais e religiosas.” (Carvalho, 2008: 9/10)

As operações de apoio à Paz podem ainda ser divididas entre diversos tipos de operações tais como: Operações de manutenção de Paz; Prevenção de Conflitos; Restabelecimento da Paz; Consolidação de Paz; Operações humanitárias

Portugal é mais vezes enquadrado nas operações de manutenção de Paz que se caracterizam por operações que detêm o consentimento de todas as partes incluídas no conflito bem como uma parte imparcial de âmbito internacional que se apresenta como moderador de ambas as partes com o intuito de com a ajuda de militares, polícias e civis conseguir tentar a resolução do conflito levando assim à contenção ou ao fim do mesmo. (Lopes, 2011)

As missões de apoio à Paz no exército português são contextualizadas no âmbito da ONU na Carta das Nações Unidas capítulo VII “Ação em caso de ameaça à Paz, rutura da Paz e ato de agressão” onde são dadas algumas diretrizes neste tipo de situações e no âmbito da Constituição da República Portuguesa no artigo 275º, alínea 5 “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.” bem como na Lei da Defesa Nacional, Artigo 2.º alínea 1 em que diz “Portugal defende os princípios da independência nacional e da igualdade dos Estados, o respeito pelos direitos humanos

e pelo direito internacional e a resolução pacífica dos conflitos internacionais e contribui para a segurança, a estabilidade e a paz internacionais.”

## **2.2 - O exército e o apoio às famílias de militares em missões no estrangeiro.**

O apoio às famílias dos militares do exército português é prestado a nível religioso pelo Centro de Assistência Religiosa do Exército que tem como objetivo “disponibilizar apoio espiritual aos militares em Forças Nacionais Destacadas ou Elementos Nacionais Destacados e respetivas famílias em Território Nacional.” (Exército, 2018<sup>1</sup>), a nível psicológico pelo Núcleo de Apoio Psicológico de Intervenção na Crise que tem como objetivo executar “apoio psicossocial e intervenção na crise a militares, funcionários civis e familiares diretos envolvidos em Incidentes Críticos, ativado em situações que envolvam um evento potencialmente traumático e crise psicológica” (Exército, 2018<sup>2</sup>). Este último órgão tem como principal objetivo trabalhar em momentos de crise e não no dia-a-dia do militar e da família em missão no estrangeiro se não existir nenhum acontecimento considerado potencialmente traumático. Para além destes apoios é ainda fornecido aos militares em missões no exército português a oportunidade de fazer um seguro de vida com vista a uma indemnização em caso de morte ou invalidez.

Em relação ao trabalho social nas forças armadas este é feito através do IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas) podendo ser este órgão o responsável pelo apoio às famílias dos militares.

## **2.3 - IASFA**

Sendo este o órgão que mais interessa ao estudo apresentado iremos fazer um enquadramento em relação à missão e às atribuições do mesmo.

Segundo o decreto de lei nº 193/2012 em que é concebida a orgânica do Instituto de Ação Social das Forças Armadas a missão deste órgão passa pela garantia e promoção da ação social dos militares e seus familiares uma vez que “visa, primariamente, os seus membros mais carenciados e, complementarmente, os Beneficiários em geral.” (IASFA, 2018<sup>3</sup>). É interessante notar que a

---

<sup>1</sup> <https://www.exercito.pt/pt/apoio-a-familia/apoio-aos-familiares/fnd-missoes>

<sup>2</sup> <https://www.exercito.pt/pt/apoio-a-familia/apoio-aos-familiares/fnd-missoes>

<sup>3</sup> <http://www.iasfa.pt/iasfa.html>

missão deste órgão tem em atenção principal os membros carenciados e que, em nenhum momento, conseguimos ver o apoio aos militares em missão como um dos objetivos da missão do IASFA. Esta situação vai ao encontro dos primeiros contactos exploratórios feitos de forma informal com alguns oficiais que tinham feito missões no estrangeiro pois nenhum dos militares com quem se falou tinha conhecimento de algum tipo de assistência ou acompanhamento à família antes, durante e/ou depois das missões.

Segundo este decreto-lei as atribuições do IASFA passam por:

- “Assegurar ações de bem-estar social dos beneficiários;
- Assegurar a gestão do sistema de Assistência na Doença aos militares das forças armadas (ADM);
- Promover a satisfação de necessidades sociais não cobertas por outros sistemas de assistência social;
- Promover, em colaboração com outras entidades ou serviços, a articulação e harmonização dos esquemas de prestações de ação social complementar;
- Assegurar uma adequada gestão das receitas, designadamente as provenientes de quotizações;
- Recolher e manter permanentemente atualizada a informação sobre o universo de beneficiários e de benefícios concedidos;
- Promover a realização de estudos conducentes à melhoria da ação social complementar desenvolvida e propor as medidas ou os instrumentos legais necessários.” (Decreto de lei nº 193/2012 de 23 de agosto)

Assim, verificamos que a assistência ou acompanhamento aos militares em missões no estrangeiro não está diretamente descrita nas atribuições do IASFA o que, sendo este o órgão responsável pela ação social nas forças armadas, e tendo em atenção que a ajuda religiosa e psicológica só em situações crise não são suficientes, demonstra as debilidades ou mais concretamente o vazio em relação ao acompanhamento que se considera necessário tendo em conta o stress e as dificuldades em que são colocadas as famílias de oficiais do exército em missões no estrangeiro.

### **3. Clarificação do problema social**

#### **3.1 - Os desafios das famílias dos oficiais em missões no estrangeiro**

As famílias são sistemas que podem ser mais fechados ou mais abertos, de acordo com a dinâmica familiar existente, que apresentam uma importância nuclear em grande parte das sociedades. Estas

famílias podem ser consideradas “um sistema aberto, que se adapta às diferentes exigências das diversas fases do seu ciclo de desenvolvimento, bem como às mudanças das solicitações sociais com a finalidade de assegurar continuidade e crescimento psicossocial aos membros que a compõem” (Relvas, 2004, apud Pires 2016: 19). Contudo, se é verdade que a adaptação é um dos pontos fulcrais que cada família deve ultrapassar ao longo da vida, é também verdade que muitas vezes esta adaptação pode não ser efetuada de forma tão fácil pois a separação entre membros da mesma família pode causar elevados níveis de stress sendo desta forma o agregado obrigado a fazer várias mudanças no seio familiar que podem ou não criar problemas nas rotinas estabelecidas e nas pessoas constituem os agregados (Relvas, 2004).

Desde logo, a chegada de informação ao meio familiar de que um dos membros do agregado irá ser colocado durante um certo período de tempo numa missão de manutenção de paz a nível internacional começa por causar um elevado nível de stress não só aos membros mais jovens da família, como crianças e adolescentes, mas também nos membros mais velhos pondo assim em causa o normal funcionamento da família e o seu bem estar (De Burgh, 2011).

A partir do momento que o militar sabe que vai para uma missão passa por várias fases distintas tal como o “aprontamento” que coincide com a fase de preparação em que o militar é treinado para as eventualidades que pode encontrar no teatro de operações (fase antes da missão propriamente dita), o “deslocamento” que coincide com a saída do membro do meio familiar para o teatro de operações tendo esta normalmente a duração de seis meses e por fim a fase em que o militar volta da missão. Todas estas fases criam alterações enormes na vida familiar, pois se na primeira fase o que se pode encontrar na família é o elevado stress devido à chegada da notícia e o “digerir” de toda a situação que o militar pode passar na missão bem como das dificuldades que podem vir a encontrar no seio familiar, na segunda fase para além do stress a família depara-se com a efetiva falta de um dos seus elementos e com a obrigatória adaptação da dinâmica familiar a essa ausência (Vilhena, 2005) uma vez que este pode ser um elemento facilitador nas atividades familiares como, por exemplo, levar algum membro à escola ou ao trabalho, ou até em tarefas mais simples, como ser o responsável pelas compras, sendo assim obrigatória a alteração destas dinâmicas e a adaptação dos horários da família às novas exigências. Por fim, na última fase, o pós-deslocamento ou regresso da missão, que obriga mais uma vez a família a voltar a reajustar-se com a chegada do elemento que tinha ido em missão e que pode causar novamente atritos pois em primeira instância a família é obrigada no espaço de um ano, do pré-deslocamento ao pós-

deslocamento, a alterações sucessivas na sua dinâmica e a chegada de mais uma situação que leva a readaptações e a novos períodos de stress. Em segunda instância, o próprio militar, que não acompanhou as alterações existentes, volta ao seio familiar e pode encontrar algumas das tarefas que lhe eram destinadas a serem executadas de outra forma, levando a que a expectativa de voltar à normalidade possa ser de alguma forma, pelo menos numa fase inicial, posta em causa. Por fim é importante não deixar de lado que um militar que se encontra em missão pode ter encontrado situações de stress extremo o que poderá levar a existência de algum tipo de stress pós-traumático.

Percebemos então que são colocadas as mais variadas exigências às famílias dos militares que se encontram em missões no estrangeiro podendo as mesmas criar problemas ou situações de stress dentro das famílias. Sobre isto, Barbudo (2013), distingue cinco principais exigências sendo elas: primeira, o risco de ferimento ou morte do militar levando a que todos os membros da família, no período de duração da missão, estejam sempre sobre uma elevada pressão a nível psicológico; segunda, a mobilidade geográfica, uma vez que um militar antes, durante e depois da missão pode ser a qualquer momento colocado num outro aquartelamento ou num outro teatro de operações; terceira, a separação “periódica” do militar em relação a família que vai ao encontro da quarta exigência que revela a permanência do militar em países estrangeiros devido às características próprias da profissão; e a última, as pressões existentes na comunidade militar sobre a família que a própria condição militar coloca sobre o profissional e conseqüentemente sobre o agregado, uma vez que a família é um sistema em que uma ação se vai repercutir em todos os membros da família, dificuldades e desafios. (Segal, 1998 apud Barbudo 2013)

A estas exigências são ainda associados mais fatores de stress relacionados com a separação familiar quando um dos membros parte para uma missão no estrangeiro tais como:

- “- Apreensão relativa a acontecimentos familiares que possam acontecer durante a separação, nomeadamente a ausência em situações críticas;
- Reações familiares perante a participação do militar na missão;
- Casamentos, nascimentos ou noivados recentes;
- Experiências anteriores de separação conjugal e familiar;
- Pouca confiança no apoio social que a família receberá durante a ausência, particularmente o medo que ela possa ser esquecida se acontecer algo de "anormal" ao militar;

- Tempo de preparação da família (ex.: pressão do tempo, conflitos entre as necessidades de treino e o tempo disponível para preparar a família, período disponível para resolver questões pessoais antes da partida, etc.)” (Vilhena, 2005: 29)

Coloca-se ainda necessário elencar que, segundo Karney e Crown (2007), quanto mais tempo durar a missão, piores serão as consequências das mesmas, sendo importante preparar as famílias e o próprio militar das dificuldades a nível familiar que poderão ser encontradas antes, durante e depois da missão pois uma família informada é também uma família preparada.

Por último é importante notar que as famílias de hoje têm algumas facilidades comparado com as famílias de há alguns anos nomeadamente na comunicação com os familiares em missões no estrangeiro devido ao surgimento de telemóveis, da internet e com a mesma, a chegada das redes sociais, levando a que as potencialidades no aspeto da comunicação. “A comunicação frequente com o parceiro poderá diminuir o isolamento e a solidão de ambos os elementos, facilitar as interações familiares, aumentar a eficácia no trabalho e a saúde mental do militar, manter ou melhorar o casamento e até mesmo evitar a perda de intimidade conjugal. (Barbudo, 2014 apud Oliveira 2017: 16)

#### **4. Diagnóstico**

Para a realização do diagnóstico procedeu-se à realização de inquéritos a famílias de militares de todo o território nacional que têm ou tiveram o familiar em missão no estrangeiro de forma a compreender quais as dificuldades que as mesmas tiveram, bem como uma entrevista a um psicólogo do exército de forma a adquirir informação importante através de um profissional que tem conhecimentos sobre o trabalho já efetuado a nível da psicologia com as famílias de modo a também perceber a importância de ter um assistente social no trabalho com os agregados na ótica deste profissional.

##### **4.1 – Questionários às famílias**

Na elaboração do presente projeto foram inquiridas sete famílias em que seis delas os militares já tinham voltado de missão à data do inquérito e uma o militar ainda estava em missão.

A duração média das missões dos inquiridos foi de seis meses sendo que algumas alcançaram os cinco meses e a maior de nove meses. Já os anos em que as mesmas foram executadas vão desde o ano 2009 até ao ano de 2018.

O agregado familiar das famílias inquiridas à data da missão muda bastante de família para família de forma a conseguir alcançar uma vasta tipologia de famílias. Assim quando perguntado como eram constituídas as famílias, as respostas responderam da seguinte forma:

Quadro 1.2 – Constituição das famílias inquiridas. (Elaboração própria, 2018)

Família 1 (F1)	O militar vivia durante a semana com a namorada, e ao fim semana vivia com a mãe (divorciada);
Família 2 (F2)	O agregado familiar era composto pelo militar, a esposa e uma filha de dois anos aquando da missão;
Família 3 (F3)	Agregado composto pelo militar e esposa;
Família 4 (F4)	O agregado era composto pelo militar, a esposa que estava grávida na altura da missão e a sogra;
Família 5 (F5)	Aquando do inquérito ainda tinha o militar em missão, era composta pelo militar e a namorada em união de facto sendo que a mesma estava grávida e ia ter o filho no mês depois do inquérito, ou seja, durante a missão do militar;
Família 6 (F6)	Agregado composto pelo militar e namorada;
Família 7 (F7)	O militar morava apenas aos fins de semana com a mãe e o irmão sendo que durante a semana vivia sozinho no quartel

Os locais das missões foram também eles os mais variados sendo que na F1, F4, F6 e F7 a missão foi realizada no Kosovo, F2 no Uganda, F3 e F5 na República Centro Africana.

Da recolha de informação empírica resultantes das sete famílias inquiridas chegamos à conclusão que existe um elevado número de dificuldades sentidas. A nível emocional existia a necessidade de saber como estava o filho, uma elevada preocupação e bastantes saudades (F1) o que levava a necessidade de um estabelecimento de contacto constante, o que em mais do que uma família foi considerado um problema como nos dizem os vários testemunhos recolhidos: “Por vezes não havia ligação (internet)” (F1), “As saudades, acrescido pelo facto de a internet não funcionar em condições e em diversos momentos nem sequer existia. O uso de telefone, pelos seus custos era limitado” (F3), “As dificuldades sentidas foram do âmbito da comunicação. A comunicação por telefone era dispendiosa e a comunicação por internet, nem sempre era a melhor” (F6).

Ainda em relação à comunicação outro dos problemas era a rapidez de chegada de informação tal como se comprova quando a F3 diz que as “notícias que por vezes vêm na comunicação social antes de termos alguma informação concreta e clara por parte da organização militar” o que poderia levar a momentos de stress. O afeto é também um dos problemas elencados pelas famílias “não conseguia dar resposta às necessidades emocionais (carinho, amor, etc.)” (F1). Contudo, a solidão e a falta de ajuda na resolução de tarefas do quotidiano da família foi o principal problema elencado pela quase totalidade dos inquiridos tal como prova as respostas aos inquéritos “outra dificuldade é inerente à solidão, o arcar com as responsabilidades inerentes à continuação da vida em Território Nacional, em que as tarefas eram divididas pelos dois e durante o período da missão tiveram que passar a ser feitas apenas por mim” (F3), “As maiores dificuldades tiveram a ver com gestão de tempo, conjugação de horários para atender às necessidades da filha. Pois grande parte das tarefas familiares que eram realizadas pelos dois passaram a ser realizadas na totalidade por um” (F2), “Na minha casa as necessidades (...) tinham que ver com a resolução de problemas diários” (F1), “As dificuldades na execução das tarefas de rotina que antes eram divididas” (F5). Esta solidão e a falta de ajuda existente para as famílias levou, por vezes, a grandes mudanças no funcionamento de cada família, pois tal como descrito na entrevista F2 “tiveram de se mudar para casa dos pais da esposa para poderem ter apoio mais próximo, tendo a nossa filha saído da escola durante a missão”. Por fim, a F4 considera que a ausência foi mais um dos problemas “principalmente em não acompanhar a gravidez e não estar nos momentos familiares.”

Em relação aos tipos de apoios prestados antes, durante e depois às famílias dos oficiais que foram em missão no estrangeiro percebemos que as respostas se dividem entre as famílias que não tiveram qualquer apoio, tal como descrito pela F1 “Nenhuns, mas há que salientar que também não foram solicitados quaisquer apoios, muito pelo facto de não saber que havia qualquer apoio que pudesse ser dado”, F3 “Que eu tenha conhecimento nenhum. Desconheço os tipos de apoios que existem” e F6 “Não foram prestados quaisquer apoios”, e as famílias que tiveram algum apoio a nível psicológico por parte do Centro de Psicologia Aplicada do Exército tal como descrito na F2 “Tirando uma preparação pelo CPAE (...) não foram prestados quaisquer apoios antes, durante e depois”, F5 “Nenhuns. Para além do Centro de Psicologia Aplicada do exército, mais nenhuma entidade se disponibilizou a prestar qualquer tipo de serviço. Desconheço a existência deles”, F7 “Não foi prestado nenhum tipo de apoio, mas o Exército através do CPAE (centro de psicologia aplicada do exército), disponibilizou um contacto para em caso de necessidade as famílias usarem”

e F4 “À Família, existiu uma palestra para os familiares e foram divulgados *flyers* e *e-mail*, caso algum problema familiar surja para contactar. Mas isto foi o CPAE”. Contudo, mesmo nesses casos, as respostas parecem demonstrar um apoio muito de base que, como vimos nas respostas acerca dos problemas existentes, não vai ao encontro de todas as dificuldades que as famílias atravessam, como se prova quando perguntado se esses apoios foram suficientes, a F4 respondeu que “devido à localização da unidade não foi possível as famílias se juntarem em Santa Margarida, já para não falar de a palestra ter sido à semana” demonstrando que, embora o apoio por parte do gabinete de psicologia do exército tivesse existido para algumas famílias em forma de palestra, este foi apenas efetuado uma vez e apenas numa unidade para as famílias em todo o território nacional o que impossibilitou muitas famílias que vivem noutras partes do país de poder usufruir da única ajuda que poderiam ter direito. É importante salientar que o exército é uma instituição que tem militares de todos os cantos do país, incluindo as regiões autónomas da Madeira e Açores. Para além da F4 também a F2 quando feito a mesma pergunta respondeu “Tendo em conta a resposta anterior, não”. É também interessante notar que ao analisarmos as respostas tanto das famílias que tiveram algum tipo de apoio psicológico como daquelas que não tiveram qualquer tipo de apoio muitas acabam por descrever que não têm informações acerca de ajudas que possam ter direito, notando assim a necessidade de informar as famílias.

Depois de percebermos os apoios que as famílias tiveram e quais as dificuldades encontradas foi questionado às famílias os tipos de apoios que gostariam de ter tido durante a missão onde conseguimos chegar a conclusão que os apoios que se afiguravam importante para as famílias passavam por uma melhoria nas redes de comunicação existentes entre família e militar em missão bem como uma rede de informação próxima onde as famílias pudessem rapidamente ter informação correta e atualizada sobre a missão tal como vemos na resposta da F1 “No meu caso, o apoio podia ter sido prestado para preencher o vazio da comunicação, para por exemplo descansar os agregados familiares na ausência de comunicação ou de resposta do militar em missão”, na F3 “Principalmente quando ocorreram as projeções para fora da capital (...) gostava que nos tivessem comunicado de algum modo (telefone, uma reunião semanal, por mail...) a informar se estava tudo bem com os militares”, e na F5 “Tal como é nomeado um delegado de apoio à família nos casos de falecimentos, creio que deveria ser nomeado um delegado ou delegação de apoio aos militares em missão. Alguém, que na proximidade da residência”.

Foram também descritos como importantes, apoios ao nível de serviços ou instituições de ajuda à família na ótica das tarefas de rotina da mesma, bem como, mais especificamente, no apoio a famílias com crianças devido às alterações obrigatórias da dinâmica familiar quando o militar está em missão, como conseguimos perceber através das respostas da F2 “Um grande apoio seria o de apoio à filha durante os períodos de trabalho da esposa, nomeadamente com creche com horários alargados”, da F6 “Outro apoio que não se aplicou a nós, mas que neste momento seria útil se estivesse em missão, era o apoio social prestado com creches e tratamento de processos administrativos, nomeadamente assuntos relacionados com a saúde, tratamento de cartões”, da F5 “se disponibilizasse para ajudar na execução de pequenas tarefas, ou na resolução de pequenos problemas, que antes eram da responsabilidade do militar”, da F1 “Igualmente, apesar de não ser crítico, seria um grande apoio se a família tivesse através da instituição possibilidade de mandar para o militar em missão alguns *items* de conforto. No nosso caso não havia essa possibilidade”, ou mesmo da F4 que alia a importância destas instituições com a importância de informar melhor as famílias num âmbito de aproximação às residências das famílias dos militares fora de Lisboa “Possibilidade de existir por distrito dos militares uma ação de divulgação, ao fim de semana, com possibilidade de expor e relembrar os serviços e contactos existentes na região para qualquer tipo de apoio saúde ou social”.

Em relação à alteração da dinâmica familiar após a missão, de forma a entender se estas missões trazem alguma consequência para a família após o término da mesma, grande parte das respostas foram no sentido de que a missão não traz grandes alterações à família e a sua dinâmica, contudo existiram duas respostas que demonstram que a missão trouxe algumas consequências como conseguimos provar pela resposta da F1 “Foi. Pouco depois separei-me da minha ex-namorada, com quem vivia há, sensivelmente, dois anos.” e da F7 que analisa a dificuldade da readaptação da dinâmica familiar a chegada do militar “Sim. Nos primeiros dias existe a necessidade de "matar" a saudade. Depois dessa fase é necessária uma readaptação da nossa parte (dos militares em missão) para nos integrarmos novamente na dinâmica familiar. Com uma boa dose de compreensão e paciência tudo volta ao normal.”

Por fim, de forma a perceber qual a ótica da família em relação à importância da existência de assistentes sociais a trabalhar com as famílias bem como a pertinência do projeto, tentamos perceber se os agregados consideravam importante poderem trabalhar diretamente com assistentes sociais durante o antes durante e depois da missão. As respostas foram na quase totalidade

afirmativas em relação ao reconhecimento da potencialidade destes profissionais no trabalho com estas famílias como podemos ver nos exemplos dados pela F1 “Sim, sem dúvida. Uma entidade a quem recorrer para satisfazer necessidades na ausência do militar é essencial.”, pela F4 “Sem dúvida. Não só pela família que fica encorajada pela instituição pelo contacto e carinho humano, que traz algumas diferenças caso aconteça algum problema grave ao militar.”, F3 “Sim, principalmente (...) tranquilizando-nos com a informação atempada e correta, permitindo de algum superar as dificuldades (...) É importante sentirmos esse apoio (...) para quem fica em território nacional, sentimos mais calmas e confiantes tendo um apoio desse tipo (através de reuniões, mails, contatos telefónicos, palestras de grupo...).”, e por fim, um testemunho mais completo da F6 “Seria bastante útil principalmente para os militares que têm filhos. (...) Antes da missão a Assistência Social podia identificar as necessidades da família e prepará-la para a ausência prolongada. Durante a missão, o elemento do casal que fica em Portugal, está sozinho e eventualmente até pode estar distante geograficamente de familiares que possam prestar o apoio necessário aos filhos. Mas esse elemento também tem que trabalhar e pode não ser fácil conjugar os horários da escola com os do trabalho. Assim, pode ser dado apoio e acompanhamento a Atividades de Tempos Livres (ATL) após a atividade escolar, apoio na obtenção de vagas em escolas próximas de casa ou do trabalho do elemento que fica em Portugal.”, Das duas respostas negativas à importância do assistente social, a resposta da F2 parece demonstrar uma contradição pois embora de início diga que não é necessário, no conteúdo existente no resto da resposta conseguimos notar que o assistente social poderia ser uma potencialidade nas respostas ao problema descrito “Não. Como referimos o problema passa pela gestão das tarefas que eram realizadas por ambos cárem quase na totalidade num (o que fica cá), para além disso o grande problema prende-se com o gerir horários sozinho e conjugar isso com a creche. Esse cremos que é o grande apoio que poderia ser prestado. Eventualmente se de alguma forma a unidade tivesse uma forma de apoiar esta gestão, seja com apoio a colocar e recolher crianças da escola, seja ter uma creche propriamente dita seria uma grande ajuda.”

Em conclusão, através dos questionários às famílias conseguimos perceber a elevada importância de um acompanhamento regular a estas famílias colocando assim o projeto como de elevada pertinência para o Serviço Social, para o exército português, para as famílias dos militares em missão e por último para Portugal até porque é interessante constatar que o militar da F1 diz a

certo momento que “verifiquei que (...) este tipo de missão é mais difícil para quem fica, do que para quem está ausente em missão.”

#### **4.2 – Entrevista a profissional especialista de psicologia**

O profissional entrevistado tem acumulados 25 anos de experiência tendo efetuado inicialmente a sua formação académica na Academia Militar, integrando a licenciatura em Ciências Militares e adquirindo posteriormente o mestrado em Psicologia.

Ao longo da entrevista foi possível perceber que a nível da psicologia já existem alguns trabalhos efetuados direcionados para a família do militar em missão, uma vez que o técnico refere que “existiu um projeto de investigação de apoio às famílias dos militares, que se intitulou como [“Eu, tu e nós” em 2012/2013, que estava orientado para os familiares diretos dos militares, nomeadamente cônjuges, filhos e pais do militar]. Esse projeto foi criado pelo Núcleo de Apoio Psicológico Intervenção na Crise (NAPIC) do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) em conjunto com a Faculdade de Psicologia da Faculdade de Lisboa que através da elaboração de teses sobre o tema proporcionava conhecimento que era depois utilizado para a construção de “recursos materiais como guias, folhetos e filmes, com base na literatura (...) Por exemplo, uma das teses era sobre a comunicação, em que se compreendeu que a comunicação do militar com a família durante a missão era importantíssima, sendo que era muito positivo a comunicação direta, (...) mas também a comunicação retardada, como cartas (...) acabavam por ter mais impacto emocional (...) o que originou a criação de um folheto sobre os tipos de comunicação para ser partilhado com as famílias militares, (...) a nível prático, ideias, como levar aos militares em missão, cartas para que pudessem escrever e enviar para os familiares.”. Sendo que ainda hoje os recursos materiais estão disponíveis para qualquer família que o pretender, o trabalho efetuado pelos psicólogos do exército neste tipo de situações não ficam por estes recursos sendo que antes do deslocamento “os psicólogos vão às unidades onde está a ser executado o aprontamento, dando um conjunto de palestras para os militares, entre outras atividades, e ficam disponíveis para falarem com as famílias caso haja interesse por parte das forças militares”. Já durante o deslocamento, o trabalho efetuado pelos psicólogos é efetuado apenas com os militares no teatro de operações e, por fim, já depois, aquando do regresso do militar “existe um conjunto de atividades realizadas pelos psicólogos do CPAE direcionados para os militares e famílias.” Sempre no âmbito da psicologia.

Quando questionado ao técnico quais as maiores dificuldades que encontra na família o mesmo considera que este problema começa com a “falta do conhecimento das famílias acerca das ajudas existentes” uma vez que “aquilo que se passa aos militares não chega às famílias.”. Para além da falta de informação, outro dos problemas indicados passa pela falta de uma ligação entre as unidades e as famílias. “Estudos feitos com famílias dos militares portugueses revelam que, se as famílias souberem que existe alguém na unidade para o qual podem ligar, o simples fato de saberem que do outro lado pode estar alguém para os ouvir e para os ajudar, é suficiente para muitas famílias estarem um pouco mais descansadas, baixando assim o nível de preocupação. Este trabalho pode ser feito pelas unidades, através da criação dos núcleos de apoio à família.”.

O entrevistado considera que existe cada vez maior preocupação das unidades por esta temática, uma vez que existiu “uma força que fez o aprontamento numa unidade ao norte do país (...) em que houve uma intenção do comandante da unidade em efetuar um núcleo de apoio à família dentro da mesma, porque efetivamente não existia essa ligação entre a unidade e as famílias. (...) . Para além de um site direcionado para as famílias dos militares dessa força onde estava um conjunto de informações, por exemplo, como enviar encomendas para o teatro de operações”.

Por fim, quando questionado ao profissional se considerava importante começar a ter assistentes sociais no acompanhamento às famílias, o mesmo entendeu que deveriam ser criadas “equipas multidisciplinares, com psicólogos, capelães, assistentes sociais, etc. de forma a efetuar um apoio muito mais vasto (...) aumentava-se a rede de apoio, podendo chegar mais perto das famílias efetuando um apoio mais eficaz” uma vez que “o apoio à família não pode ser esgotado numa vertente. O apoio do assistente social é importante porque rege-se por um apoio assistencial voltado sobretudo para a promoção do bem-estar social. O facto de ter assistentes sociais complementa o apoio já existente, podendo atuar de diversas maneiras, como também propor programas de melhoria social das famílias dos militares.”

Como conclusão à entrevista, percebemos que os apoios existentes, embora tenham vindo a aumentar e a melhorar, continuam a ser insuficientes muito devido a serem efetuados quase exclusivamente por psicólogos do CPAE, sendo por isso limitados. Percebemos também que o próprio psicólogo considera bastante importante impulsionar o contributo do assistente social no trabalho com as famílias confirmando assim a relevância da implementação de um projeto no âmbito de serviço social, que vise o acompanhamento às famílias de oficiais em missão no estrangeiro de forma a contribuir para uma melhoria do trabalho já efetuado com as mesmas, de

forma a melhorar a preparação da família aos problemas que irão enfrentar e como consequência melhor a qualidade de vida da família.



## II - CAPÍTULO: PROJETO “FAMÍLIAS DE PORTUGAL”

### 1. Justificação Vs quadro teórico

Antes de fazer uma ligação entre o Serviço Social e a família bem como perceber de que forma o Serviço Social pode trabalhar com a mesma é importante perceber o conceito de família.

#### 1.1 - Família

Para as Ciências Sociais e Humanas foi sempre importante procurar perceber e estudar a família de modo a tentar entender de melhor forma os mais variados fenómenos sociais.

A primeira característica a ter em conta quando se tenta definir o conceito de família é que este é um conceito mutável devido a diferentes variáveis sendo duas delas o tempo e o espaço.

Na verdade, se historicamente a família era caracterizada através das relações de parentesco, ou seja, a combinação das relações de descendência entre pais e filhos, a consanguinidade entre irmãos e a afinidade a partir do casamento; hoje percebemos que esse conceito mais restrito está ultrapassado. Laslett (1978), identifica o grupo familiar, como aquele que integra pessoas de acordo com três aspetos:

- A localização: refere que os indivíduos que vivem em coabitação fazem parte do grupo doméstico.
- O funcional: corresponde à partilha de um conjunto de atividades, de elementos e de modos de vida.
- O parentesco: refere-se aos indivíduos que estão unidos por uma rede de laços que integram a consanguinidade e a aliança.

Por sua vez, um ano mais tarde, Levi-Strauss (1979) abordou o conceito de família, definindo-a como um grupo social, que apresenta duas características:

- Tem a sua origem no casamento, sendo que compreende o marido, a esposa, os filhos nascidos dessa união, e eventualmente, outros parentes. Estes membros estão unidos por laços de aliança, de sangue, legais e/ou religiosos e obrigações de natureza económica, social, cultural ou ideológica.
- Possui uma rede bem definida, formada pelas leis e pelos costumes, direitos e obrigações sexuais e um conjunto diversificado de sentimentos psicológicos, como o amor, a afeição, o respeito, a sujeição ou outros, incluindo os que decorrem dos constrangimentos sociais e culturais.

Através destas duas abordagens percebe-se que na sociedade contemporânea é importante entender que a família deve ser vista como um fenómeno que abrange um sem número de realidades

que podem ou não ser estáticas onde se relacionam conceitos como a classe, o género ou a geração. Uma outra abordagem considera que a família é “o lugar onde se entrecruzam as relações sociais fundadas na diferença dos sexos e nas relações de filiação, de aliança e coabitação”. (Lefaucheur, 1991: 479)

Uma outra definição de família remete-nos para o Código Civil Português art.º 1576, que define este termo como “um conjunto de pessoas ligadas entre si por laços jurídicos emergentes do casamento, parentesco, da afinidade e da adoção enquadradas por outras situações e realidades, de natureza muito diversificada (afetiva, moral, económica, histórica, sociológica, cultural, etc.) que confere uma particular posição da sociedade e do Estado, com a correspondente tutela pela ordem jurídica.”

Para Giddens, "família é um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças." (Giddens, 2005: 175). Já Gueiros (2010) coloca um novo contributo a esta definição de família uma vez que afirma que uma família pode não ter laços de sangue, de parentesco ou mesmo não partilhar a mesma casa.

Através da análise do conceito de família ao longo de diferentes tempos, espaços e autores consegue-se perceber que este conceito vai sofrendo grandes mutações não sendo por isso fácil encontrar uma definição consensual. Contudo, todos os autores supracitados concordam que para algo se considerar uma família tem que existir, no mínimo, uma relação entre pessoas sendo essa a base de todos os conceitos de família apresentados.

Para além das alterações faladas anteriormente em relação ao que se pode considerar família existem também alterações quanto aos tipos de família existentes. Segundo Samara (2002), estas mutações começam na sociedade ocidental com a necessidade da mulher em começar a trabalhar fora do lar na tentativa de encontrar novas formas de subsistência para a família.

Mais tarde outro dos grandes impulsionadores na criação de novos tipos de família foi o aumento de divórcios, assim como o menor número de matrimónios. São então estas novas dinâmicas na sociedade em geral e na família em específico que irão levar ao aparecimento de novos tipos de família. Para uma melhor compreensão deste conceito, podemos assim elencar vários tipos de família:

- *Família nuclear* – Esta é a chamada família clássica e tem como característica ser uma família constituída por dois adultos de sexo diferente que vivem com os seus filhos;

- *Família Monoparental* – Este tipo de família é constituído por um adulto que vive sozinho com os seus filhos;

- *Famílias recompostas* – Esta família é formada a partir da existência de uma segunda união devido à separação ou viúves numa família anterior;

- *Famílias homossexuais* – Este é um tipo de família relativamente recente que se caracteriza pela união de pessoas do mesmo sexo.

Para além destes tipos de família existem ainda as famílias com casais sem filhos, as famílias extensas entre outros tipos de família.

## **1.2 - Serviço Social e a família.**

“Mary Richmond, no seu “Diagnóstico Social”, mostrava a importância de se considerar o cliente nas suas múltiplas relações sociais, em especial com sua família de origem, considerando este, ‘muitas vezes’ como o único caminho para obter resultados completos e duradouros. Enfatizava também a necessidade de proceder a um estudo da família, de suas características básicas, de sua importância na gênese e no desenvolvimento dos problemas apresentados pelo cliente e das interferências do meio social sobre esta família caracterizada como ‘unidade integradora’. A partir dessa época, toda a literatura do Serviço Social reafirma a necessidade de não se isolar o indivíduo de seu contexto familiar.” (Silva, 1987 apud Oliveira 2012<sup>4</sup>).

Desde muito cedo a família tornou-se um campo de trabalho privilegiado por parte do Serviço Social, uma vez que esta era vista como um dos problemas aliados as disfunções sociais existentes através da questão social, desta forma o enfoque da atuação para com a família era no âmbito do ajustamento social da mesma uma vez que se “partia do pressuposto de que algumas famílias eram incapazes de educar as crianças e os adolescentes, em função de sua estrutura considerada inadequada para permitir o bom desenvolvimento destes.” (Oliveira, 2012<sup>5</sup>).

Nesta fase o trabalho do assistente social com as famílias tinha como princípios a “compreensão do modo de ser (...) da classe operária (...), sem capacidade de assegurar para si um mínimo de bem-estar por falta de estrutura moral” (Sarmiento, 1996 apud Silvério 2012: 88)

---

<sup>4</sup> [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11575](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575)

<sup>5</sup> [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11575](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575)

Mais tarde, com a institucionalização da profissão de Serviço Social, o trabalho com a família foi ganhando uma cada vez maior importância no seio do trabalho do assistente social o que levou a uma maior qualificação técnica o que levou a utilização do Serviço Social de caso no trabalho com as famílias numa tentativa de segundo Nicholds (1969) beneficiar o cliente ao mesmo tempo que se beneficiava a sociedade solucionando desta forma a dificuldade existente.

Se é verdade que o Serviço Social de caso era uma evolução na forma de trabalhar com as famílias devido, sobretudo, ao seu desenvolvimento técnico, é também verdade que este não era suficiente pois “as relações sociais dos indivíduos eram compreendidas no plano imediato e a solução dos problemas sociais como responsabilidade dos próprios indivíduos” (Mito, 2010: 164). Esta metodologia utilizada com a família é ultrapassada com a adoção de modelos marxistas e socialistas durante a reconceptualização do Serviço Social que conduziu a um desenvolvimento de novas formas de pensar e agir por parte do assistente social e, segundo Mito (2010) a duas mudanças importantes na forma de trabalhar com a família:

1. Os problemas encontrados nos sujeitos e nas famílias pararam de ser vistos como problemas individuais ou familiares, mas sim como problemas recorrentes pela não-satisfação de necessidades da família devido as desigualdades sociais existentes devido ao modelo capitalista, retirando desta forma a responsabilidade dos fracassos da família ou do sujeito de uma esfera individual para a colocar na sociedade em que a família se insere.
2. Decorrente desta nova forma de pensar o assistente social irá parar de focar a sua ação na ajuda ao sujeito centralizando o seu trabalho num comprometimento com a tentativa de uma transformação social que vise os problemas na sua origem.

Na atualidade, o Serviço Social com famílias encontra novos paradoxos e dificuldades devido à cada vez maior complexidade do tema resultante das novas configurações familiares. Mito (2004) diz que o trabalho com famílias contempla vários pontos, tais como: as configurações familiares, as interações entre família e a sociedade bem como os restantes processos familiares. Posto isto é também importante considerar que o grande desafio para o profissional do Serviço Social “é o de compreender que família não diz respeito somente à ordem biológica, mas é simbólica também, já que engloba o universo de relações que são produzidas e reproduzidas pelos sujeitos que a compõem.” (Sarti, 2004 apud Costa 2017: 195)

Torna-se então necessário que, na complexidade que apresenta o trabalho com famílias na atualidade, o assistente social faça uma análise cuidadosa à família e ao indivíduo de modo a não

ocorrerem ações precipitadas em relação à forma de funcionamento da família. Para que este trabalho seja efetuado de corretamente “o trabalho social com famílias, abarca procedimentos relativos à rede de bens e serviços do território e atenção individualizada e coletiva à população usuária, realizados de forma regular e frequente” (Gueiros, 2010: 130), tendo por fim uma atenção redobrada para a que se “analise as demandas apresentadas pelas famílias numa perspectiva de totalidade, para não correrem o risco de naturalização, culpabilização e criminalização de suas condições de vida, de seus modos de pensar e de agir.” (Faermann, 2014:131)

Após esta análise ao Serviço Social no contexto familiar é importante refletir algumas teorias de intervenção familiar que poderão ser importantes para a fase de projeto, que desenvolvemos no ponto 5.

## **2. Objetivos: gerais e específicos**

Objetivos gerais:

- Identificar as necessidades de apoio social aos familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro e sistematizar o tipo de acompanhamento social prestado às famílias;
- Analisar os impactos da participação em missões no estrangeiro na família do oficial do exército e respetivas consequências ao nível de vulnerabilidade familiar e social.

Objetivos específicos:

- Concetualizar “missões no estrangeiro” dos oficiais do Exército na ótica da necessidade social da família e caracterizar o tipo de famílias dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro;
- Diagnosticar a necessidade de apoio e acompanhamento social às famílias dos oficiais do Exército em missão no estrangeiro oficiais;
- Tipificar os tipos de apoio de carácter formal e informal dados às famílias de militares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro;
- Elaborar uma proposta de acompanhamento social estruturada para as famílias de oficiais do Exército em missões no estrangeiro.

## **3. Destinatários/ população – alvo**

A polução alvo deste projeto serão as famílias dos oficiais do exército português que estiveram, estão ou vão estar em missões no estrangeiro a nível nacional.

#### **4. Ações a desenvolver**

O projeto a apresentar, que visa a implementação do acompanhamento às famílias dos oficiais que vão em missão no estrangeiro é assente em vários tipos de ações que têm por base vários modelos e metodologias de intervenção do Serviço Social tais como as intervenções de facilitação que têm como principal objetivo o combate a fases stressantes da vida da família e que dá um enfoque especial à prevenção de problemas que de alguma forma podem já ser previstos, como é o caso da saída do militar para uma missão. Podemos distinguir estas intervenções em dois tipos de apoio distintos: o apoio económico e o apoio ao domicílio. No projeto em questão irá ser mais focado o apoio ao domicílio uma vez que a saída do militar para missão pode causar um vazio nas atividades normais na família. Será ainda utilizado o atendimento e o acompanhamento com o objetivo de criar ou reforçar as capacidades existentes dentro da mesma e em ultima instância fomentar o processo de *empowerment* de modo a que a família consiga mais tarde ultrapassar os problemas bem como fazer a família refletir sobre a nova realidade tentando perceber juntamente com a mesma como construir ou modificar os projetos e informando-a sobre a sua nova realidade projetando por fim as possíveis alterações das relações existentes dentro da família e da família com a comunidade.

No âmbito das visitas domiciliárias, irão ser utilizadas a mediação e o aconselhamento. A mediação será utilizada de forma a ajudar na resolução de conflitos interpessoais tentando promover a comunicação resolvendo assim problemas existentes e em última instância abrir espaço à participação de pessoas, que em primeira instância não poderiam envolver-se devido aos conflitos existentes, na resolução de dificuldades que podem aparecer com a saída de um membro da família. Será também utilizado o aconselhamento uma vez que a família pode encontrar várias dificuldades em conseguir preencher os papéis que estavam originalmente indicados ao membro do agregado que sai em missão levando a existência de dificuldades dentro da mesma. Este aconselhamento chega como uma ferramenta que o assistente social tem ao seu dispor em que através de um processo de trabalho conjunto entre o profissional e a família podem ser ultrapassadas dificuldades lavando a mesma a arranjar soluções a partir do aconselhamento que o assistente social faculta.

Na intervenção com as famílias dos oficiais, o papel do assistente social é diferente consoante o momento em que esta intervenção ocorre. Podemos dividir a intervenção do assistente social em 3 momentos distintos: antes da saída do militar para missão no estrangeiro, durante a

permanência do militar em missão no estrangeiro, após o regresso do militar da missão no estrangeiro.

Dividindo estes momentos e o tipo de intervenção a ser desenvolvida, podemos dizer que antes da saída do militar para missão no estrangeiro cabe ao assistente social:

#### *Antes da missão*

- Mediar possíveis tensões existentes entre os membros da família nuclear, de modo a potenciar a comunicação saudável, levando a que esses problemas não se intensifiquem e se possível ajudar a resolver essas tensões.
- Mediar possíveis tensões existentes entre os membros da família nuclear com a família alargada, de modo a potenciar a comunicação saudável entre as duas partes, levando a que esses problemas não se intensifiquem e ajudar a resolver essas tensões fazendo com que a família alargada seja também uma possível solução para alguns problemas.
- Explorar, em conjunto com a família, prováveis problemas que possam surgir com a saída de um dos membros da família;
- Aconselhar, através de um trabalho conjunto com as famílias, tendo sempre em conta as suas dúvidas e aspirações, as prováveis formas de ultrapassar os possíveis problemas;
- Criar grupos de interação e diálogo com famílias que vão ter um dos membros fora em missões de paz no estrangeiro, de forma a poderem partilhar medos e ideias sobre a fase que vai ser passada;
- Criar grupos de interação e diálogo entre famílias que vão ter familiares fora em missões no estrangeiro com famílias que já passaram pela mesma situação, de forma a existir partilha de experiências. (Para as famílias que iram passar pela situação dá lhes uma ideia de situações que podem passar / Para as famílias que já passaram é uma forma de poder falar sobre as dificuldades passadas.);
- Criar sessões de esclarecimento com a família alargada de forma a que, em primeira instância, se consiga ultrapassar receios, bem como ver potencialidades que a mesma tem, para ultrapassar possíveis problemas da família nuclear;
- Fomentar sessões com especialistas em educação parental com o intuito de trabalhar com familiares que não estão habituados a ter um papel ativo na educação das crianças;
- Fomentar sessões de capacitação para tarefas domésticas com o intuito de trabalhar com familiares que não estão habituados a ter um papel ativo neste tipo de tarefas;

- Auxiliar a família na procura de serviços necessários para a supressão de dificuldades já identificadas antes da saída de um dos membros da família para uma missão de paz no estrangeiro;
- Encaminhar a família para serviços necessários à supressão de dificuldades que possam ser encontradas com a saída de um dos membros da família;
- Facilitar a entrada da família em serviços necessários para a supressão de dificuldades para uma missão de paz no estrangeiro;
- Informar sobre possíveis direitos existentes, a nível social ou económico, com o intuito de auxílio a famílias de oficiais do exército português em missões no estrangeiro;
- Fomentar sessões com psicólogos de forma a que os membros das famílias dos oficiais do exército português em missões no estrangeiro sejam acompanhados ainda antes da partida de esses oficiais para a missão;
- Criar Centros de Informação do Militar em Missão (CIMM) em todos os distritos de Portugal continental, bem como nas ilhas, de modo a que todos os familiares de oficiais em missão consigam ter um centro próximo da sua residência onde podem conseguir informações sobre os seus familiares em missão caso não consigam ter informações acerca dos mesmos de outra forma.
- Distribuir pelas famílias folhetos informativos sobre alguns apoios existentes para famílias de oficiais em missões no estrangeiro.

#### *Durante a missão*

- Mediar tensões existentes entre os membros da família nuclear, de modo a potenciar a comunicação saudável, levando a que esses problemas não se intensifiquem e a ajudar a resolver essas tensões;
- Mediar possíveis tensões existentes entre os membros das famílias nuclear com a família alargada, de modo a potenciar a comunicação saudável entre as duas partes, levando a que esses problemas não se intensifiquem e ajudar a resolver essas tensões fazendo com que a família alargada seja também uma possível solução para alguns problemas encontrados;
- Criar grupos de interação e diálogo com famílias que têm membros fora em missões de paz no estrangeiro, de forma a poderem partilhar as suas experiências e soluções nesta segunda fase;
- Criar grupos de interação e diálogo entre famílias que têm membros fora em missões no estrangeiro com famílias que já passaram pela mesma situação, de forma a existir partilha de experiências, bem como encontrar soluções para problemas idênticos (Para as famílias que estão a

passar pela situação dá lhes uma ideia de situações que algumas famílias já passaram e quais as soluções encontradas / Para as famílias que já passaram é uma forma de poder falar sobre as dificuldades passadas.);

- Acompanhar a família através de visitas domiciliárias periódicas de forma a perceber possíveis dificuldades existentes na família durante a missão, sejam elas a nível monetário, social, em relação as tarefas diárias no exercício parental, na lide doméstica bem como em tarefas normais no dia a dia de uma família como pagar contas etc.;

- Aconselhar, através de um trabalho conjunto com as famílias, tendo sempre em conta as suas dúvidas e expectativas, prováveis formas de ultrapassar os problemas identificados;

- Explorar os problemas existentes em conjunto com as famílias, de forma a entender quais os problemas mais urgentes na ótica da família e quais as possíveis causas desses problemas;

- Explorar com as famílias formas de ultrapassar os problemas encontrados através das redes sociais primarias como família ou vizinhança;

- Explorar com as famílias formas de ultrapassar os problemas encontrados através das redes sociais secundarias tais como serviços existentes na comunidade;

- Fomentar sessões com especialistas em educação parental com o intuito de trabalhar com familiares que estão a ter problemas na execução de um papel ativo na educação das crianças;

- Fomentar sessões de capacitação para tarefas domésticas com o intuito de trabalhar com familiares que estão a ter problemas na execução de um papel ativo neste tipo de tarefas;

- Auxiliar a família na procura de serviços necessários para a supressão de dificuldades encontradas com saída de um dos membros da família para uma missão de paz no estrangeiro;

- Facilitar a entrada da família em serviços necessários para a supressão de dificuldades encontradas com a saída de um dos membros da família para uma missão de paz no estrangeiro;

- Encaminhar a família para serviços necessários para a supressão de dificuldades que foram encontradas com a saída de um dos membros da família para uma missão de paz no estrangeiro;

- Facilitar a obtenção dos direitos existentes com o intuito de auxílio a famílias de oficiais do exército português em missões no estrangeiro;

- Denunciar junto das entidades competentes, os direitos que não são ativados no apoio às famílias de oficiais do exército português em missão de paz no estrangeiro;

- Denunciar junto das entidades competentes, as falhas que os direitos já existentes não solucionam nas ajudas necessárias às famílias dos oficiais do exército português em missão de paz no estrangeiro;
- Criar ou potenciar propostas de serviços e de legislação, quando os mesmos não existam, que possam ajudar as famílias dos oficiais do exército português em missões de paz no estrangeiro a ultrapassar certos problemas existentes;
- Fomentar sessões com psicólogos de forma a que os membros das famílias dos oficiais do exército português em missões no estrangeiro sejam acompanhados durante a missão;
- Promover o envio de presentes da família para o militar e do militar para a família através dos Centros de Informação do Militar em Missão em datas festivas tais como dia do pai, dia da mãe, dia da criança, aniversários, entre outros, de modo a facilitar a manutenção dos vínculos afetivos entre a família e o militar durante a missão.

#### *Após a missão*

- Acompanhar a família através de visitas domiciliárias periódicas, de forma a perceber possíveis dificuldades existentes na família durante a reinserção do militar no seio familiar, bem como perceber se existem problemas a nível monetário e social;
- Mediar possíveis tensões entre elementos da família e o militar que foi em missão no estrangeiro;
- Apoiar a reintegração do militar que foi em missão no estrangeiro na família, de forma a que o mesmo consiga voltar as suas funções e obrigações dentro da mesma ou, se necessário, ajudar a encontrar novas funções na família;
- Criar grupos de interação e diálogo com famílias que tiveram membros fora em missões de paz no estrangeiro, de forma a poderem partilhar as suas experiências e soluções nesta terceira fase;
- Criar grupos de interação e diálogo entre famílias que tiveram familiares fora em missões no estrangeiro com famílias que ainda não passaram ou que estão a passar pela mesma situação, de forma a poder partilhar as suas experiências com pessoas que estão fora do seu grupo social primário, ao mesmo tempo que se sentem como elementos importantes para ajudar outros que iram estar em situações parecidas às que já tiveram;
- Fomentar sessões com psicólogos de forma a que os membros das famílias dos oficiais do exército português em missões no estrangeiro sejam acompanhados depois da missão.

## **5. Metodologia: modelos e técnicas**

### **5.1 - O serviço social centrado na pessoa**

#### **5.1.1 - O *case work***

O *case work*, tipologia de trabalho em Serviço Social criada por Mary Richmond e descrita na sua obra “Diagnóstico Social”, foi provavelmente a primeira tentativa de se encarar o Serviço Social de forma mais científica sem colocar o mesmo num âmbito meramente assistencial.

Uma das características do Serviço Social de caso é que, embora o enfoque, tal como o nome indica, seja a pessoa, a verdade é que este não vê a mesma de forma simplificada como a única responsável por um potencial problema colocando a pessoa, segundo Maria Irene de Carvalho, relacionada com várias dimensões tais como:

“- A interdependência;

- As diferenças individuais, uma vez que todos os indivíduos são diferentes, como tal têm de ser vistos de forma diferente;

- Os princípios da ação;

- Os campos de ação no trabalho relacionado com a pessoa tal como o a escola ou a família;

- A dimensão das relações intra e inter individuais no impacto da intervenção;

- A democracia como uma dimensão necessária no Serviço Social de caso tendo em conta a pessoa e a dificuldade em trabalhar o caso em regimes em que as liberdades não estão asseguradas colocando a pessoa numa forma opressiva.” (Carvalho, 2015: 82)

No Serviço Social de caso o diagnóstico social aparece como a base deste tipo de intervenção pois é através da análise da pessoa e do meio em que esta se insere, bem como nas instituições em que a mesma é influenciada, que vamos encontrar o(s) problema(s) e talvez a solução/soluções. Outra das novidades que este tipo de abordagem trouxe para o serviço social, segundo Carvalho (2015), foi começar a ver as potencialidades e características das pessoas como meios de tentar ultrapassar as dificuldades assinaladas.

Uma vez que a pessoa é vista como o início, o meio e o fim da intervenção, embora mais uma vez influenciada pelo que pode encontrar a sua volta, a intervenção com a pessoa deve ter como base a empatia exigindo “tempo, dedicação, implicação com as pessoas e conhecimento das suas relações sociais” (Carvalho, 2015: 83) de forma a executar uma relação de ajuda o mais completa possível.

Como vimos anteriormente o *case work*, ou Serviço Social de caso, trouxe enorme potencialidade ao trabalho efetuado com os utentes, pois coloca os mesmos no centro da intervenção ao mesmo tempo que tem em conta o meio como influenciador da pessoa, propondo ainda o diagnóstico como uma ferramenta ideal para encontrar as origens do problema, bem como as potencialidades que a pessoa tem para o ultrapassar do mesmo.

Contudo, este acabou por ser um método que não ia de encontro a todas as necessidades do utente sendo por isso necessário encontrar outra metodologia que pudesse colocar a pessoa como o centro da intervenção, mas que ao mesmo tempo tivesse em conta as várias fases da vida da pessoa, as alterações existentes a nível psicológico em cada uma dessas fases e as vontades das pessoas, colocando assim a mesma como um elemento importante na intervenção, ao mesmo tempo que compunha a sociedade como potencial influenciador do problema tendo em conta uma realidade interna mas também uma realidade externa à pessoa e como as duas se intercalam.

### **5.1.2 - O modelo psicossocial**

O modelo psicossocial apresenta-se em primeira instância como a evolução necessária no *case work*, em relação as debilidades descritas anteriormente, de modo a que o profissional pudesse encontrar um modelo centrado na pessoa que fosse de encontro as necessidades existentes no utente.

Este é um modelo que tem como influência várias áreas do conhecimento científico e metodológico onde se destacam as teorias “do desenvolvimento humano, teoria da personalidade e na teoria do tratamento” (Viscarret, 2007 apud Carvalho, 2015: 89) e os modelos “de socialização, clinico, comportamentalista, de crise, de análise transacional, de resolução de problemas” (Romero e Garcia, 2012 apud Carvalho, 2015: 89). Na ótica de Pena (2012) existem, no entanto, outras teorias que tiveram um elevado contributo para este modelo tais como a teoria dos sistemas uma vez que “há que perceber a pessoa que pede ajuda no seu contexto, percebendo as interações que estabelece com o meio” (Pena, 2012: 105) bem como a teoria psicanalítica na “análise e compreensão da situação mas também do seu tratamento.” (Pena, 2012: 105)

O modelo psicossocial, segundo Carvalho (2015) vê o problema através de três dimensões: a pessoa, a situação e a interação entre pessoa e situação tendo então que ver a pessoa dentro da situação em que se encontra podendo ser elas as situações profissionais ou familiares relacionadas com o meio social ou físico em que se encontra. Desta forma ao mesmo tempo que o assistente

social tem em conta a complexidade da pessoa, esta transforma-se num elemento ainda mais vasto e tanto mais complexo quando se tem em conta a situação e o meio da mesma.

Esta complexidade não torna o problema mais difícil de resolver uma vez que vai abrir um mundo de informações que até ao momento não estavam disponíveis para o profissional e que abrem novos caminhos a percorrer com o utente de forma a ultrapassar problemas existentes facilitando assim a intervenção ao assistente social e ao sujeito de atenção.

Carvalho (2015) divide ainda esta interação, entre a pessoa e a situação, de forma a que existam dois tipos de forças sendo elas as forças internas e externas. Nas forças internas podem destacar-se elementos como a confiança da pessoa, a sua autoestima bem como os acontecimentos que podem ser considerados traumáticos. Por sua vez, nas forças externas devem ser considerados elementos como o mercado de trabalho, a conjuntura económica, os rendimentos, bem como quaisquer alterações existentes no meio em que a pessoa vive, que quando existem, vão muitas vezes ser responsáveis pelos problemas existentes devido à combinação de forças negativas. Nesta situação o trabalho do assistente social passa por transformar e corrigir estas interações negativas de forma a adaptar as mesmas com o objetivo de transformá-las em interações positivas. Pena (2012) diz-nos ainda que o assistente social que trabalha de acordo com o modelo psicossocial deve ter em vista o otimizar das relações interpessoais bem como corrigir problemas existentes “do desequilíbrio entre as pessoas e o seu meio” bem como tratar “ao mesmo tempo os problemas e os recursos, os pontos fortes e os pontos fracos da pessoa e da sua situação” (Pena, 2012: 105)

A intervenção psicossocial, segundo Carvalho (2015), deve ir de encontro a dois tipos de intervenção: a intervenção direta e a intervenção indireta.

A intervenção direta fala do contacto entre o sujeito de atenção e o assistente social. Segundo Pena (2012) esta relação têm uma fulcral importância no modelo psicossocial pois é a mesma que vai permitir que se “compreenda o problema do utilizador do serviço, estabeleça um diagnóstico psicossocial das forças e fragilidades do utilizador do serviço e da sua situação, comprometa o utilizador de serviço estruturando em conjunto um plano de ação, estabeleça uma relação de trabalho entre o assistente social e o utilizador de serviço.” (Pena, 2012: 106). Assim, através da empatia, da escuta e do respeito atinge-se uma melhor relação entre o assistente social, e o utente de forma a conseguir ajudar o mesmo, mas também, com a preocupação de ensinar o sujeito de atenção a ajudar-se a si mesmo de forma a que este ganhe competências e informações que o possam fazer ultrapassar não só a situação encontrada pelo assistente social, mas também

muitas outras situações no futuro. Para o atingir desta “autossuficiência” do sujeito o assistente social pode trabalhar com o mesmo de forma a que através de um contrato celebrado pelas duas partes, o utente consiga alcançar objetivos que o irão ajudar numa outra situação tornando-o ao mesmo tempo mais resiliente, no fundo esta primeira fase passa por utilizar o conceito de *empowerment* no modelo psicossocial.

A intervenção indireta, muitas vezes considerada como uma segunda fase nesta intervenção, embora possa ser efetuada ao mesmo tempo que é feita a intervenção direta, destaca-se por considerar a pessoa como um elemento importante não só na intervenção geral mas também no alterar do meio (Carvalho, 2015). Nesta fase é importante alcançar uma mudança social não só no sujeito mas também no meio através da colaboração de outras pessoas, tais como família ou amigos, e entidades como as instituições de carácter social, a escola, os tribunais, hospitais entre outras, para através de uma mediação entre o sujeito de atenção e o meio se consiga “obter os recursos necessários e contribuir para modificar o meio” (Pena, 2012: 108). Se o assistente social não encontrar nas pessoas e nas instituições existentes os recursos necessários para resolver, ou ajudar a resolver, os problemas encontrados, o mesmo deve promover a criação de novos recursos que possam ajudar na intervenção a executar, estes recursos podem passar desde promover mudanças na lei, pela promoção de novas atividades dentro das instituições já existentes e com capacidade para as acolher ou mesmo pela tentativa de criação de novas instituições que possam cumprir a proteção deste e doutros casos com problemas semelhantes. Nesta fase é também importante perceber se alguns dos problemas existentes podem advir de perceções ou fatores de exclusão, tais como estereótipos, existentes na sociedade em que o utente sendo importante “modificar o meio, fazendo desaparecer as incompreensões que dizem respeito ao utilizador do serviço, modificando perceções e atitudes e possibilitando que se insira num meio que está mais de acordo com as suas necessidades e aspirações.” (Pena, 2012: 109).

Por último a intervenção Psicossocial pode ser utilizada em várias ocasiões e com os mais variados tipos de população e intervenções tais como:

- “Modificação do comportamento, em casos de delinquência, violência e agressão;
- Da intervenção em crise, como em caso de catástrofes naturais, traumas de guerra, doenças graves e problemas familiares;
- Das intervenções centradas na tarefa, em caso de doenças mentais e incapacidades cognitivas;

- Das intervenções consciencializadoras e de *empowerment*, e também de práticas anti discriminatórias
- Da intervenção e do acompanhamento de famílias, bem como na gestão e na coordenação de casos.” (Caparrós, 1992, apud, Carvalho, 2015: 90)

## **5.2 - Abordagem centrada na família**

Por último é importante deixar claro que toda a abordagem a executar é pensada como tendo a família no centro do que se propõe a executar. Desta forma iremos enumerar os conceitos que parecem corretos para que uma abordagem possa ser corretamente centrada na família tendo em conta os princípios inumerados por McWilliam na obra “Estratégias Práticas para a Intervenção Precoce Centrada na Família”. O primeiro princípio que deve estar sempre em atenção no assistente social que quer trabalhar com uma abordagem centrada na família é que a família é também uma unidade que presta serviços (McWilliam, 2003) desta forma a família tem que ser vista como elemento importante na intervenção uma vez que é a partir dela que se podem encontrar os problemas mas também as soluções tendo em atenção que o que ira afetar um membro da família ira ao mesmo tempo afetar todos os outros membros que constituem o agregado familiar, o segundo principio passa por demonstrar a importância de reconhecer não so os pontos fracos mas também os pontos fortes da família (McWilliam, 2003) uma vez que cada família é singular e tem as suas potencialidades tendo o assistente social a obrigação de reconhecer essas mesmas potencialidades, promovê-las e utilizá-las como um auxilio de forma a ultrapassar o problema de forma facilitada e tendo sempre em vista o empoderamento da mesma, o seguinte principio identificado por McWilliam (2003) é o de ter sempre em atenção as prioridades da família e colocar essas prioridades como uma prioridade na intervenção sendo esta ideia importantíssima no que se considera uma intervenção adequada uma vez que embora o assistente social possa ter prioridades em relação ao que acha importante a trabalhar com a família, o mesmo tem que colocar como o mais prioritário o que a própria família considera como problemas a trabalhar de forma a que a mesma se sinta sempre incluída nas decisões e que não ponha entraves no trabalho com o assistente social, é importante lembrar que esta é uma intervenção centrada na família como tal esta tem que ser auxiliar e decisora da mesma intervenção. Um outro principio a adquirir quando trabalhamos a família como centro da intervenção é que se, como dissemos anteriormente temos que reconhecer os pontos fortes de cada família e ao mesmo tempo responder as prioridades que

esta vê como importantes, então teremos que individualizar o acompanhamento a cada família e as suas especificidades uma vez que o modo de trabalhar com um agregado, e como possa ter tido sucesso no mesmo, não irá com toda a certeza ser a melhor forma de trabalhar com outro agregado pois as características de cada um são obrigatoriamente diferentes uma vez que segundo McWilliam (2003) uma vez que cada família é única e tem as suas próprias características os serviços devem esta concebidos para cada uma dessas famílias pois só assim a intervenção e a família poderão ir pela melhor opção para o ultrapassar dos problemas de acordo com as prioridades de cada uma das famílias. O quinto principio enumerado é o de perceber a importância de ter em atenção a mudança de prioridades da família uma vez que a família é um sistema em constante movimento e que devido a fatores internos e externos à mesma podem mudar com alguma regularidade as suas prioridades, como tal o profissional de Serviço Social tem que estar atento a estas mudanças de prioridades não bloqueando que as mesmas sejam satisfeitas, atualizando assim a intervenção de forma a ter sempre adequada ao que a família sente como importante trabalhar. O último princípio a ter em atenção é apoiar o modo de vida da família não podendo o assistente social utilizar uma intervenção que coloca a própria cultura e dinâmica existente dentro da família de lado alterando toda a vivencia existente dentro da mesma sem respeitar os costumes existentes.

### **5.3 - Modelo ecológico-sistémico**

O modelo ecológico-sistémico, tal como o nome indica, aparece a partir da junção de dois modelos utilizados no Serviço Social com famílias.

Começando pelo modelo sistémico, este modelo defende que a família deve ser tratada como um todo pois as ações de um membro dentro de uma família acabam por repercutir-se em todos os membros da mesma família, não se podendo assim trabalhar com um utente em singular numa família, mas coletivamente com todos os membros da mesma pois segundo Relvas (2004) esta família é composta com vários sistemas e subsistemas onde são incluídas várias hierarquias que são depois organizadas de acordo com regras e padrões. Segundo o mesmo autor a família de acordo com o modelo sistémico obedece ainda a três regras fundamentais: o mínimo de interdependência uma vez que como falado anteriormente quando existe a mudança numa componente dentro da família tudo o resto muda provocando mudanças em cadeia, o mínimo de regulamentos que nos fala das relações existentes dos membros dentro do mesmo sistema colocando essas relações existentes dentro de vínculos regulares e por último o mínimo de

consciência que coloca os intervenientes dentro da família restritos a certos comportamentos que iram sempre ter em conta as regras existentes dentro do sistema.

O modelo ecológico defende principalmente que não podemos conhecer algo sem ter em atenção o meio e que este ira alterar de forma exponencial o comportamento, as potencialidades, mas também as fragilidades da pessoa ou família sendo que a mesma pessoa educada numa família no Bangladesh ou em Nova Iorque não iria ter as mesmas atitudes, problemas ou potencialidades fazendo com que as atitudes de uma pessoa ou família devam ser sempre vistas a luz do meio onde esta se insere pois não fazê-lo pode muitas vezes levar a interpretações erradas acerca de certo comportamento sendo que a pessoa é inseparável do meio seja ele a nível do microssistema, que é o sistema mais próximo do sujeito tal como a família ou a escola, mesosistema, que se considera relações entre dois elementos sendo um deles onde a pessoa se inclui tal como a casa ou a escola, exosistema, que fala das relações entre sistemas considerando que embora não incluam o sujeito podem ser preponderantes para alterar o mesmo ou por fim o macrossistema que diz respeito a cultura e valores que se inserem na comunidade do sujeito e que alteram todos os outros sistemas (Bronfenbrenner, 1979). É importante notar que o assistente social que trabalhe com uma família de acordo com o modelo ecológico tem que ter sempre em atenção que a realidade que a família experiência pode não ser a realidade que o profissional considera como objetiva por isso é importante que o trabalhador social valorize “a forma como o ambiente é percebido e experimentado, e não a forma como este poderá existir na realidade objetiva” (Carvalho, 2015: 29).

Ao definirmos o modelo ecológico e o modelo sistémico, podemos agora entender quais as grandes potencialidades da junção destes dois modelos, isto porque num mundo em que a família ou a pessoa é muitas vezes vista como o único problema, este modelo leva-nos para uma abordagem diferente pois “o enfoque ecológico-sistémico ajudou a vencer esta tendência a desclassificar as famílias e exortou o seu caracter de sistema aberto (...) este enfoque poe em perspetiva as dificuldades e as oportunidades de adaptação e de interação que existem entre a família com o sistema e no que move as suas atividades” (Rodrigo, 2008: 21).

As grandes potencialidades deste modelo para o projeto a apresentar é que coloca a família como um todo tendo em atenção que a saída de um membro importante no seio familiar para uma missão de elevado risco transporta um stress elevado para todos os membros da mesma ao mesmo tempo que nos chama a atenção que a causalidade de algum problema dentro da família não pode ser colocada numa só pessoa, mas bidirecionada e vista de forma complexa. Outra das

potencialidades deste modelo é que a comunidade não é vista só como uma fonte de problemas, mas também como um possível potenciador de soluções tendo assim toda a realidade envolvente como ferramenta de trabalho que pode influenciar positiva ou negativamente uma família. Desta forma ao colocar a família como um todo e a comunidade como fator importante o modelo diz-nos que a família é um sistema que pode estar sempre em constante mutação devido a causas externas e internas sendo então importante valorizar a coesão da mesma e a adaptação da família as dificuldades que possam surgir.

#### **5.4 - Teoria de gestão de stress**

A teoria de gestão de stress tem em conta que durante as várias fases da vida a família passa obrigatoriamente por períodos de stress, normais ou extraordinárias, que podem levar a períodos de crise, mas através da utilização das ferramentas certas pode-se desenvolver a mudança necessária na família. Sobre isto Carvalho diz-nos que “Se, temos fatores capazes de produzir desequilíbrios na unidade familiar (...) também assistimos a fatores que atuam como proteção (...) para lidar com as adversidades. Estes situam-se ao nível da resiliência.” (Carvalho, 2015: 31).

A resiliência apresenta-se assim como um aspeto importante para a resistência a situações de dificuldade sem que estas se possam tornar problemas de carácter grave para a família ou para o utente minimizando as consequências de determinada situação de carácter negativo.

Esta teoria utiliza também o *coping* como uma ferramenta útil no ultrapassar de situações de dificuldade no seio familiar uma vez que se caracteriza por ultrapassar exigências internas e externas à família através da “unidade familiar (...) o autocontrolo e a integridade familiar” (Patterson, 1988 apud Carvalho, 2015:31)

Desta forma, uma vez que a saída de um membro da família para uma missão externa pode ser um fator de risco e stress para o agregado, parece importante trabalhar com a mesma os fatores de resiliência e de *coping* de forma a diminuir ou anular as dificuldades inerentes à adaptação da situação. Estes fatores devem ainda ser trabalhados não só na altura em que o membro da família sai, mas também antes do mesmo sair para que o stress anterior não afete de forma tão intensa o agregado.

## 6. Avaliação

A avaliação do projeto e das suas ações será efetuada de duas maneiras distintas sendo elas a avaliação por objetivos e a avaliação participativa por parte das famílias. Estes dois tipos de avaliação serão efetuados através da chamada avaliação *on-going* (ou seja, é efetuada ao mesmo tempo que o projeto se desenvolve) uma vez que esta será bastante importante no desenrolar do projeto. Esta avaliação, segundo Capucha *et al* (1996), tem como objetivo ir corrigindo as ações conforme novas informações e reavaliar as metas e objetivos, podendo assim ir fornecendo novas informações que produziram novas potencialidades para o projeto. Contudo na parte da avaliação por objetivos irá ser feita também uma avaliação *ex-post* sendo esta avaliação efetuada depois do término do projeto e tem como objetivo perceber se os objetivos propostos foram concretizados, quais as dificuldades encontradas e perceber quais os resultados obtidos.

Em relação à avaliação participativa esta será executada de forma qualitativa ao longo da implementação do projeto através das famílias dos oficiais em missão no estrangeiro de modo a ajustar projeto às necessidades sentidas e à avaliação dada pelas mesmas às ações efetuadas.

A avaliação por objetivos será também ela efetuada ao longo de todo o projeto, contudo terá também um papel a ser efetuado após o término do mesmo. Esta avaliação terá uma índole quantitativa, desta forma a percentagem ou número de famílias que irão participar nas ações executadas bem como a percentagem ou número de instituições de utilidade pública que aceitam um protocolo com o projeto, serão alguns dos exemplos em que este tipo de avaliação irá ser executada. Estes objetivos, concretizados ou não, servirão para perceber quais as alterações que o projeto precisa de proceder para que possa ser melhorado ao longo da intervenção de forma a poder combater as necessidades identificadas.

As mudanças mais relevantes serão discutidas com o assistente social juntamente com a restante equipa para em conjunto ser possível alterar o projeto para as necessidades que poderiam de início não estar asseguradas, mas que com o avançar do projeto se vão identificando.

Em suma o projeto nunca pode ser considerado como finalizado porque este tem que estar em mutação constante de forma a poder ser adaptável às necessidades dos sujeitos de atenção.

## 6.1 - Indicadores de avaliação / Resultados a atingir

Os resultados que propomos a atingir através do projeto, bem como os indicadores de avaliação desses resultados, são alterados de acordo com as ações em causa, assim deste modo podemos constatar que à ação:

- *Focus group* com famílias dos militares, de forma a poderem partilhar medos e ideias.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - % de famílias que aderiram ao *focus group* / 50% das famílias contactadas aderiram ao *focus group*;
  - Nº de *focus group* agendados / 5 *focus group* agendados;
  - Nº de *focus group* realizados / 5 *focus group* realizados;
  - Grau de satisfação das famílias com os *focus group* / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias aos *focus group*.

- *Focus group* entre famílias dos militares em missão com famílias que já passaram pela mesma situação, de forma a proporcionar partilha de ideias e experiências.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - % de famílias que têm militares em missão que aderiram ao *focus group* / 50% das famílias que têm militares em missão;
  - % de famílias que já tiveram militares em missão que aderiram ao *focus group* / 50% das famílias que já tiveram militares em missão aderirem ao *focus group*;
  - Nº de *focus group* agendados / 3 *focus group* agendados;
  - Nº de *focus group* realizados / 3 *focus group* realizados;
  - Grau de satisfação das famílias com os *focus group* / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias aos *focus group*.

- Sessões de esclarecimento com a família alargada, de forma a aferir potencialidades que a mesma tem, para ultrapassar problemas identificados da família nuclear.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - Nº de sessões agendadas por família / 1 sessão agendada por família;
  - Nº de sessões realizadas por família / 1 sessão realizada por família;

- Grau de satisfação da família com a sessão efetuada / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às sessões efetuadas.
- Sessões com especialista em educação parental.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - % de famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em consulta / 80 % das famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em consulta;
    - Nº de sessões realizadas por família com necessidade de intervenção / 2 sessões realizadas por família com necessidade de intervenção;
    - Grau de satisfação das famílias com as consultas efetuadas / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às consultas efetuadas.
- Sessões de capacitação para a realização de tarefas domésticas.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - % de famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em sessão / 80 % das famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em sessão;
    - Nº de sessões agendadas por família com necessidade de intervenção / 2 sessões agendadas por família com necessidade de intervenção;
    - Nº de sessões realizadas por família com necessidade de intervenção / 2 sessões realizadas por família com necessidade de intervenção;
    - Grau de satisfação das famílias com as sessões efetuadas / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às sessões efetuadas.
- Consultas de psicologia para os familiares dos oficiais em missão, com regularidade a ser definida em função do grau de necessidade.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - Nº de sessões agendadas por família / 3 sessões agendadas por família;
    - Nº de sessões realizadas por família / 3 sessões realizadas por família;

- Grau de satisfação das famílias com as consultas efetuadas / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às sessões efetuadas.
- Parcerias/protocolos com entidades de utilidade pública.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - Percentagem de instituições contactadas que aceitaram fazer protocolo / 10% das instituições contactadas que aceitaram fazer protocolo;
    - Grau de satisfação das famílias com os protocolos alcançados / Avaliação positiva por parte de 70% das famílias aos protocolos alcançados.
- Visitas domiciliárias periódicas, de forma a perceber dificuldades e potencialidades existentes na família.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - % de famílias contactadas / 100% de famílias contactadas;
    - % de famílias que aceitaram visitas domiciliárias / 80% de famílias que aceitaram que fossem realizadas visitas domiciliárias;
    - Nº de visitas domiciliárias efetuadas por mês a cada família / Mínimo 1 visita efetuada por mês a cada família;
    - Grau de satisfação das famílias com as visitas domiciliárias / Avaliação positiva de 70% das famílias às visitas efetuadas
- Encaminhamento para serviços necessários para a resolução de problemas sentidos.
- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
    - % de contactos realizados em relação ao número de problemas identificados / 100% de contactos realizados face ao número de problemas identificados;
    - % de encaminhamentos efetuados com êxito / 90% dos encaminhamentos com resposta por parte das instituições/serviços.
- Criação de Centros de Informação do Militar em Missão (CIMM), para prestar informações atualizadas dos militares em missão aos familiares que não consigam estabelecer contato com os mesmos.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - N° de centros de informação do militar em missão criados / 20 centros de informação do militar em missão (1 em cada distrito e arquipélago);
  - N° de oficiais de ligação à família designados / 20 oficiais de ligação à família (1 em cada centro de informação do militar em missão).

- Envio de presentes em datas festivas para o militar em missão e do militar para família.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - % de famílias informadas sobre a possibilidade de envio e recessão de presentes / 100% das famílias informadas sobre a possibilidade de envio e recessão de presentes;
  - % de famílias que utilizaram este mecanismo para envio e recessão de presentes / 50% das famílias terem enviado ou recebido através deste mecanismo presentes dos seus familiares

- Sessões de esclarecimento acerca de direitos existentes no auxílio a famílias de oficiais do exército e ajudar na efetivação.

- Indicadores de avaliação / Resultados a atingir:
  - % de sessões realizadas em relação ao número de pedidos efetuados / 100% de sessões realizadas em relação ao número de pedidos efetuados;
  - Grau de satisfação das famílias com as sessões / Avaliação positiva de 70% das famílias às sessões efetuadas;
  - % de casos em que foi possível a ativação de direitos / 75% de casos em que foi possível a ativação de direito.

Quadro 2.1 - Tabela de Objetivos, Ações, Tarefas, Indicadores e Metas (Elaboração própria, 2018)

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Ações/Atividades	Tarefas	Indicadores	Metas
Analisar os impactos da participação em missões no estrangeiro na família dos militares e respetivas consequências ao nível de vulnerabilidade familiar e social.	Conceptualizar “missões no estrangeiro” dos oficiais do Exército na ótica da necessidade social da família e caracterizar o tipo de famílias dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro;	Construção do enquadramento teórico com base na legislação e em autores de referência;	Recolha e análise de bibliografia e documentação legal;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de entrevistas agendadas</li> <li>• N° de oficiais contactados</li> <li>• N° de entrevistas efetuadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 Entrevistas Completas</li> <li>• 6 Oficiais</li> <li>• 6 Entrevistas</li> </ul>
		Construção de um diagnóstico social das famílias dos militares do exército português que estiveram missões no estrangeiro através de entrevistas	Agendar entrevistas com as famílias dos oficiais do exército que tenham estado em missão no estrangeiro		
			Analisar o conteúdo das entrevistas realizadas e tipificação das respostas		
			Realizar as entrevistas aos familiares		
	Tipificar os tipos de apoio de carácter formal e informal dados às famílias de militares dos oficiais do Exército em	Levantamento das respostas sociais existentes no apoio aos familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro;	Consultar legislação existente acerca dos direitos e apoios sociais existentes para os familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de entrevistas agendada</li> <li>• N° de entrevistas efetuadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Entrevista agendada</li> <li>• 1 Entrevista efetuada</li> </ul>
			Agendar entrevista com os técnicos do IASFA		
			Entrevista com os técnicos do IASFA		

	missões no estrangeiro;		Analisar o conteúdo da entrevista realizada		
Identificar as necessidades de apoio social aos familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro e sistematizar o tipo de acompanhamento social prestado às famílias;	Diagnosticar a necessidade de apoio e acompanhamento social às famílias dos oficiais do Exército em missão de paz no estrangeiro;	Entrevistas com as famílias dos oficiais do exército que tenham estado em missão no estrangeiro;	Agendar entrevistas com as famílias dos oficiais do exército que tenham estado em missão no estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de entrevistas</li> <li>• N° de oficiais contactados</li> <li>• N° de entrevistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 Entrevistas Completas</li> <li>• 6 Oficiais</li> <li>• 6 Entrevistas Completas</li> </ul>
			Realizar as entrevistas aos familiares		
	Elaborar uma proposta de acompanhamento social estruturada para as famílias de oficiais do Exército em missões no estrangeiro	<i>Focus group</i> com famílias dos militares, de forma a poderem partilhar medos e ideias.	Agendar a realização do <i>focus group</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias que aderiram ao <i>focus group</i></li> <li>• N° de <i>focus group</i> agendados</li> <li>• N° de <i>focus group</i> realizados</li> <li>• Grau de satisfação das</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 50% das famílias contactadas aderirem ao <i>focus group</i></li> <li>• 5 <i>focus group</i> agendados</li> <li>• 5 <i>focus group</i> realizados</li> </ul>
			Realizar o <i>focus group</i>		

				famílias com os <i>focus group</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação positiva por parte de 70% das famílias aos <i>focus group</i></li> </ul>
		<p><i>Focus group</i> entre famílias dos militares em missão com famílias que já passaram pela mesma situação, de forma a proporcionar partilha de ideias e experiências.</p>	Agendar a realização do <i>focus group</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias que têm militares em missão que aderiram ao <i>focus group</i></li> <li>• % de famílias que já tiveram militares em missão que aderiram ao <i>focus group</i></li> <li>• Nº de <i>focus group</i> agendados</li> <li>• Nº de <i>focus group</i> realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 50% das famílias que têm militares em missão</li> <li>• 50% das famílias que já tiveram militares em missão aderirem ao <i>focus group</i></li> <li>• 3 <i>focus group</i> agendados</li> <li>• 3 <i>focus group</i> realizados</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70%</li> </ul>
			Realizar o <i>focus group</i>		
			Avaliar <i>focus group</i>		

				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de satisfação das famílias com os <i>focus group</i></li> </ul>	das famílias aos <i>focus group</i>
	Sessões de esclarecimento com a família alargada, de forma a aferir potencialidades que a mesma tem, para ultrapassar problemas identificados da família nuclear.	Agendar sessão	Avaliar sessão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de sessões agendadas por família</li> <li>• N° de sessões realizadas por família</li> <li>• Grau de satisfação da família com a sessão efetuada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 sessão agendada por família</li> <li>• 1 sessão realizada por família</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às sessões efetuadas</li> </ul>
		Realizar sessão			
		Contratar especialista em educação parental		<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias diagnosticadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 80 % das famílias</li> </ul>

		Sessões com especialista em educação parental.	Agendar reunião de equipa para apresentar o projeto e as famílias	com necessidade de intervenção com presença em consulta <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de sessões realizadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• Grau de satisfação das famílias com as consultas efetuadas</li> </ul>	diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em consulta <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 sessões realizadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às consultas efetuadas</li> </ul>
	Agendar sessões				
	Realizar sessões				
	Avaliar sessões				
			Agendamento das sessões		

		Sessões de capacitação para a realização de tarefas domésticas.	Realização das sessões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em sessão</li> <li>• Nº de sessões agendadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• Nº de sessões realizadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• Grau de satisfação das famílias com as sessões efetuadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 80 % das famílias diagnosticadas com necessidade de intervenção com presença em sessão</li> <li>• 2 sessões agendadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• 2 sessões realizadas por família com necessidade de intervenção</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70%</li> </ul>
			Avaliação das sessões		

					das famílias às sessões efetuadas
	Consultas de psicologia para os familiares dos oficiais em missão, com regularidade a ser definida em função do grau de necessidade	Contratar um psicólogo clínico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de sessões agendadas por família</li> <li>• Nº de sessões realizadas por família</li> <li>• Grau de satisfação das famílias com as consultas efetuadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 sessões agendadas por família</li> <li>• 3 sessões realizadas por família</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70% das famílias às sessões efetuadas</li> </ul>	
Agendar reunião de equipa para apresentar o projeto e as famílias					
Agendar sessões					
Realizar sessões					
Avaliar sessões					
	Parcerias/protocolos com entidades de utilidade pública.	Levantamento das instituições existentes no terreno com respostas sociais que possam servir as necessidades das famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de instituições contactadas que aceitaram fazer protocolo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10% das instituições contactadas</li> <li>• Avaliação positiva por parte de 70% das</li> </ul>	
Contactos com as instituições					
Elaboração de cartas de parceria/protocolos					

			Efetivação dos protocolos estabelecidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de satisfação das famílias com os protocolos alcançados</li> </ul>	famílias aos protocolos alcançados
	Visitas domiciliárias periódicas, de forma a perceber dificuldades e potencialidades existentes na família	Agendar visitas domiciliárias	Realizar visitas domiciliárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias contactadas</li> <li>• % de famílias que aceitaram visitas domiciliárias</li> <li>• Nº de visitas domiciliárias efetuadas por mês a cada família</li> <li>• Grau de satisfação das famílias com as visitas domiciliárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% de famílias contactadas</li> <li>• 80% de famílias que aceitaram que fossem realizadas visitas domiciliárias</li> <li>• Mínimo 1 visita efetuada por mês a cada família</li> <li>• Avaliação positiva de 70% das famílias às visitas efetuadas</li> </ul>
		Avaliar as visitas domiciliárias			
		Encaminhamento para serviços necessários			

		para a resolução de problemas sentidos.	Acompanhar casos referenciados a outras instituições/serviços	número de problemas identificados <ul style="list-style-type: none"> <li>• % de encaminhamentos efetuados com êxito</li> </ul>	número de problemas identificados; <ul style="list-style-type: none"> <li>• 90% dos encaminhamentos com resposta por parte das instituições/serviços</li> </ul>
	Criação de Centros de Informação do Militar em Missão (CIMM), para prestar informações atualizadas dos militares em missão aos familiares que não consigam estabelecer contato com os mesmos	Designar Oficiais de Ligação à Família (OLF)	Escolher quartéis que sirvam para a implementação dos centros  Construir texto simplificado com os apoios existentes  Imprimir os panfletos  Distribuir os panfletos pelas famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nº de centros de informação do militar em missão criados</li> <li>• Nº de oficiais de ligação à família designados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20 centros de informação do militar em missão (1 em cada distrito e arquipélago)</li> <li>• 20 oficiais de ligação à família (1 em cada centro de informação do militar em missão)</li> </ul>

		Envio de presentes em datas festivas para o militar em missão e do militar para família.	Informar as famílias sobre a possibilidade de enviar ou receber presentes em datas festivas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de famílias informadas sobre a possibilidade de envio e recessão de presentes</li> <li>• % de famílias que utilizaram este mecanismo para envio e recessão de presentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% das famílias informadas sobre a possibilidade de envio e recessão de presentes</li> <li>• 50% das famílias terem enviado ou recebido através deste mecanismo presentes dos seus familiares</li> </ul>
			Promover o envio e recessão de presentes em datas festivas.		
		Sessões de esclarecimento acerca de direitos existentes no auxílio a famílias de oficiais do exército e ajudar na efetivação.	Procurar os direitos existentes no auxílio a famílias de oficiais em missão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % de sessões realizadas em relação ao número de pedidos efetuados</li> <li>• Grau de satisfação das famílias com as sessões</li> <li>• % de casos em que foi possível a ativação de direitos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% de sessões realizadas em relação ao número de pedidos efetuados</li> <li>• Avaliação positiva de 70% das famílias às sessões efetuadas</li> <li>• 75% de casos em que foi possível a ativação de direitos</li> </ul>
			Agendar sessões com as famílias		
			Realizar de sessões com as famílias		
			Avaliar as sessões		

## 7. Cronograma

Uma vez que o projeto irá ser dividido entre três fases iremos também no cronograma dividir os meses em três fases distintas em que a primeira fase será o antes da missão a segunda fase o durante a missão e a terceira fase o depois da missão.

Figura 2.2 – Cronograma (Elaboração própria, 2018)

Atividades / Mês	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>					
	1ºMês	2ºMês	3ºMês	1ºMês	2ºMês	3ºMês	4ºMês	5ºMês	6ºMês	1ºMês	2ºMês	3ºMês
Visitas domiciliárias periódicas												
Sessões de esclarecimento acerca de direitos existentes e promoção da efetivação dos mesmos.												
Criação de Centros de Informação do Militar em Missão (CIMM)												
Sessão de esclarecimento com a família alargada												
Parcerias/protocolos com entidades de utilidade pública.												
<i>Focus group</i> com famílias dos militares												

Consultas de psicologia para os familiares dos oficiais em missão											
Focus group entre famílias dos militares com famílias que já passaram pela mesma situação											
Sessões com especialista em educação parental.											
Sessões de capacitação para a realização de tarefas domésticas.											
Encaminhamento para serviços necessários para a resolução de problemas											
Envio de presentes em datas festivas para o militar em missão e do militar para família.											

## **8. Análise crítica e reflexiva sobre o processo**

A avaliação que o mestrando faz à elaboração do projeto é bastante positiva quando comparada a evolução do conhecimento que o mestrando detinha anteriormente com o conhecimento que este dispõe atualmente em relação ao Serviço Social e ao acompanhamento existente para as famílias dos oficiais em missão no estrangeiro.

O mestrando tem a noção que este foi um processo bastante difícil pois o mesmo sentia-se desde o início do mestrado até à parte final do mesmo sem saber exatamente por onde começar, porque o mestrando, numa primeira fase, estava perdido sem entender o que realmente se pretendia no projeto o que acabou por levar a uma notória falta de empenho tanto na elaboração do projeto em si como no trabalho de investigação. O mestrando pensa que esta falta de orientação em relação ao projeto se deveu principalmente ao mesmo se ter desde o início esforçado muito pouco na elaboração do mesmo devido a problemas pessoais e profissionais o que levou depois a falta de motivação para a realização do trabalho pretendido.

Após a orientação por parte do orientador em relação ao diagnóstico, à investigação a ao projeto no todo e como o mesmo deveria ser efetuado, bem como devido a ter levado um “puxar de orelhas”, o mestrando clarificou todos os conceitos necessários para a efetuação de um projeto de qualidade o que levou a um avançar enorme no mesmo tal como uma maior concentração na parte de diagnóstico.

A partir deste momento o mestrando passou a sentir-se motivado o que culmina com uma melhor prestação no trabalho autónomo.

Ao olhar para o relatório terminado o mestrando sente que a sua prestação ao longo do ano não foi excelente, mas acaba bastante agradado com o produto final e pensa ter construído uma base sólida para a execução do projeto numa próxima oportunidade tendo elevadas expectativas em relação ao mesmo.

Por fim o mestrando aprendeu bastante com esta experiência percebendo-lhe bastante importante para o seu desenvolvimento tanto a nível académico como a nível humano. Para o mestrando um dos aspetos mais importantes foi poder passar os seus conhecimentos adquiridos na licenciatura e mestrado para este trabalho final de mestrado, bem como poder

aliar esse conhecimento às informações que este já dispunha do Exército Português e das suas necessidades devido aos seis anos de trabalho como soldado dentro da instituição. Esta interligação entre o mundo académico e o mundo profissional acabou por incutir uma melhora do seu desempenho não só a nível académico e no projeto, mas também no exercício da profissão enquanto militar.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Lúcia (2009), *A flecha do Tempo - as práticas do serviço social nas ipss no concelho de Coimbra*, Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga
- Andrade, P (2012), *Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Barbudo, Maria (2013), *Vivências de Militares em Missões Internacionais: o Impacto nas Relações Conjugais*. Trabalho de investigação aplicada, Dissertação de Mestrado em Psicologia, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Barbudo, Maria et,al (2014), “Vivências de militares em missões internacionais: o impacto nas relações conjugais.” *Revista de Psicologia Militar*, 23
- Barbudo, Maria et,al (2014), “Vivências de militares em missões internacionais: o impacto nas relações conjugais.” *Revista de Psicologia Militar*, 23 citado por Oliveira, Vítor (2017), *A Participação do Militar do Exército Português em Missões Internacionais e a sua Influência na Dinâmica do Sistema Familiar*, Lisboa, Academia Milita
- Bronfenbrenner, Urie (1979), *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*, Cambridge, Harvard University Press
- Caparrós, Manuel (1992), *Manual de Trabajo Social*, Alicante, Aguaclara, citado por Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Factor
- Capucha, Luís et al. (1996), “Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 22
- Carvalho, António (2008), *A Atividade Logística em Missões de Manutenção de Paz*, Lisboa, IUM
- Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Factor
- Carvalho, Maria e Pinto, Carla (2014). *Serviço Social – Teorias e Práticas*, Lisboa Factor
- Costa, Rocha (2017), “Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social”, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12, 1
- De Burgh, Thomas *et.al* (2011), “The impact of deployment to Iraq or Afghanistan on partners and wives of military personnel.” *International Review of Psychiatry*, 23
- Dias, Carlos (2000), *A instrução no Exército para Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, IUM
- Duarte, Francisco (2008), “Portugal e as missões de paz no estrangeiro”, *Revista Negócios Estrangeiros*, 13
- Exército Português (2005), *Regulamento de campanha: operações*. Lisboa
- Faermann, Lindamar (2014), “A conceção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social.”, *Libertas*, 14, 2
- Giddens, Anthony (2005), *Sociologia*, Porto Alegre, Artmed
- Gueiros, Dalva (2010), “Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social.”, *Rev. Katál*. Florianópolis, 13, 1

- Karney, Benjamin e Crown, (2007), *Families under stress: An assessment of data, theory, and research on marriage and divorce in the military*. Sta Monica, California: RAND Corporation
- Lefaucheur, Nadine (1991) “*Maternidade, família, Estado*”, *História das mulheres no Ocidente* Porto, Afrontamentos
- Levi-Strauss (1979), *Tristes trópicos* Lisboa, Edições 70
- Lopes, Andreia (2011), *Missões internacionais da GNR e as implicações para as famílias dos militares*, Lisboa, Academia Militar
- McWilliam, Phyllis et.al (2003), *Estratégias Práticas para a Intervenção Precoce Centrada na Família*, Porto, Porto Editora
- Mioto, Regina (2000), *Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos vulneráveis. Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB
- Mioto, Regina (2004), “Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais.”, *Revista Textos & Contextos*, 1
- Mioto, Regina (2010), “Família, trabalho com famílias e Serviço Social”, *Serv. Soc.* Ver, 12, 2
- Neder, Gizlene (1996), *Trajetórias Familiares*, Florianópolis, Mimeo
- Neder, Gizlene (1996), *Trajetórias Familiares*, Florianópolis, Mimeo, citado por Mioto, Regina (2004), “Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais.”, *Revista Textos & Contextos*, 1
- Nicholds, Elizabeth (1969), *Noções Básicas de Serviço Social de Casos*, Rio de Janeiro, Cortez
- Oliveira, Aloídes (2012), “Família: um desafio para os assistentes sociais.”, *Âmbito Jurídico*, 15, 101
- Oliveira, Vítor (2017), *A Participação do Militar do Exército Português em Missões Internacionais e a sua Influência na Dinâmica do Sistema Familiar*, Lisboa, Academia Militar
- ONU, (1945), *Carta das Nações unidas*, São Francisco
- Patterson, John (1988), “Families experience Stress”, *Family Systems Medicine*, 6, 2
- Patterson, John (1988), “Families experience Stress”, *Family Systems Medicine*, 6, 2 citado por Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Pactor
- Pena, Maria (2012), *Relação Profissional: Utopia ou Realidade?*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE
- Pires, Eliana (2016), *A importância das famílias nos cuidados de enfermagem: A visão do enfermeiro de família*, Dissertação de Mestrado em Enfermagem de saúde familiar, Bragança, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança
- PNAI (2006), *Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2006-2008*, Lisboa
- Relvas, Ana (2004), *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*, Porto, Edições Afrontamento
- Relvas, Ana (2004), *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*, Porto, Edições Afrontamento, citado por Pires, Eliana (2016), *A importância das famílias nos cuidados de enfermagem: A visão do enfermeiro de família*, Dissertação de Mestrado em Enfermagem de saúde familiar, Bragança, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança

- Rodrigo, Maria (2008), *Preservacion Familiar: Un Enfoque Positivo Para la Intervencion con Familias*. Madrid, Psicologia Pirâmide
- Garcia, Tomás e Romero, Laura (2012), *Trabajo social individualizado: Metodología de intervención*, Madrid, Ediciones Academicas
- Garcia, Tomás e Romero, Laura (2012), *Trabajo social individualizado: Metodología de intervención*, Madrid, Ediciones Academicas citado por Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Pactor
- Samara, Eni (2002), “O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade”, *Psicologia USP*, 13, 2
- Sarmiento, Helder (1996), *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*, Dissertação de Mestrado de Serviço Social, São Paulo, Universidade Católica de São Paulo
- Sarmiento, Helder (1996), *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*, Dissertação de Mestrado de Serviço Social, São Paulo, Universidade Católica de São Paulo citado por Silvério, Helena (2012), “A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social”, *Serviço Social e realidade*, 21, 2
- Sarti, Cynthia (2004), “A família como ordem simbólica.”, *Psicologia USP*, 15, 3
- Sarti, Cynthia (2004), “A família como ordem simbólica.”, *Psicologia USP*, 15, 3 citado por Costa, Rocha (2017), “Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social”, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12, 1
- Segal, Zindel (1988), Appraisal of the self-schema construct in cognitive models of depression. *Psychological Bulletin*, 103
- Segal, Zindel (1988), Appraisal of the self-schema construct in cognitive models of depression. *Psychological Bulletin*, 103, citado por Barbudo, Maria (2013), *Vivências de Militares em Missões Internacionais: o Impacto nas Relações Conjugais. Trabalho de investigação aplicada*, Dissertação de Mestrado em Psicologia, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Silva, Lidia (1987), *Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*, São Paulo, Cortez
- Silva, Lidia (1987), *Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*, São Paulo, Cortez citado por Oliveira, Aloídes (2012), “Família: um desafio para os assistentes sociais.”, *Âmbito Jurídico*, 15, 101
- Silva, Pedro (2009), *Unidades a cavalo no Exército Português, uma capacidade militar*, Lisboa, Academia Militar
- Silvério, Helena (2012), “A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social”, *Serviço Social e realidade*, 21, 2
- Towle, Charlotte (1960), *Introduzione all'assistenza sociale*, Opere Nuove, Roma
- Towle, Charlotte (1960), *Introduzione all'assistenza sociale*, Opere Nuove, Roma, citado por Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Pactor
- Viscarret, Jesus (2007), *Modelos Y Metodos De Intervencion En Trabajo Social*, Madrid, Alianza

- Viscarret, Jesus (2007), *Modelos Y Metodos De Intervencion En Trabajo Social*, Madrid, Alianza citado por Carvalho, Maria (2015), *Serviço Social com famílias*, Lisboa, Pactor
- Vilhena, Cristina (2005), *Resiliência em contexto militar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

## **WEBGRAFIA**

- EMGFA (Consultado em 11 de junho de 2018) - <https://www.emgfa.pt/pt/operacoes>
- Exército (consultado a 18 de Junho 2018) - <https://www.exercito.pt/pt/apoio-a-familia/apoio-aos-familiares/fnd-missoes>
- IASFA (consultado a 18 de Junho de 2018) - <http://www.iasfa.pt/iasfa.html>

## **FONTES**

- Constituição da República Portuguesa (2005).
- Decreto de lei nº 193/2012 de 23 de agosto
- Regulamento de Disciplina Militar (2009)
- Estatuto dos Militares das Forças Armadas (2015)
- Regulamento Geral do Serviço nas Unidades, Estabelecimentos e Órgão do Exército (2018)

## ANEXOS

Anexo A – Guião de questionário às famílias.

Eu, Rúben Alexandre Félix Ribeiro, Mestrando em Serviço Social no ISCTE – IUL encontro-me a realizar um Trabalho de Projeto sobre o tema “O Acompanhamento às famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro” sob orientação do Professor Doutor Jorge M. L. Ferreira. A investigação tem por objetivos identificar as necessidades de apoio social aos familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro e sistematizar o tipo de acompanhamento social prestado às famílias bem como analisar os impactos da participação em missões no estrangeiro na família dos militares e respetivas consequências ao nível de vulnerabilidade familiar e social de modo a poder elaborar uma proposta de acompanhamento social estruturada para as famílias de oficiais do Exército em missões no estrangeiro. Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na resposta ao questionário, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

- 1- Onde e quando foi feita a missão no estrangeiro?
- 2- Como era composto o agregado familiar nessa altura?
- 3- Quais as maiores dificuldades sentidas pelo agregado durante a missão no estrangeiro?
- 4- Que apoios foram prestados à família antes, durante e após a missão no estrangeiro pelos serviços sociais do exército?
- 5- Os apoios prestados foram suficientes para ultrapassar as dificuldades sentidas?
- 6- Que apoios gostariam de ter tido durante esse período?
- 7- A dinâmica familiar foi alterada após a missão? Se sim quais as alterações?
- 8- Que apoios foram dados ao militar após a missão? Esses apoios foram suficientes?
- 9- Acredita que uma equipa de Assistentes Sociais que acompanhe a família no antes, o durante e após a missão seria uma ajuda para ultrapassar alguns problemas criados com a saída do militar para missão?

## Anexo B – Guião de entrevista ao profissional

Eu, Rúben Alexandre Félix Ribeiro, Mestrando em Serviço Social no ISCTE – IUL encontro-me a realizar um Trabalho de Projeto sobre o tema “O Acompanhamento às famílias dos Oficiais do Exército em Missões no Estrangeiro” sob orientação do Professor Doutor Jorge M. L. Ferreira. A investigação tem por objetivos identificar as necessidades de apoio e acompanhamento aos familiares dos oficiais do Exército em missões no estrangeiro e sistematizar o tipo de acompanhamento social prestado às famílias bem como analisar os impactos da participação em missões no estrangeiro e respetivas consequências ao nível de vulnerabilidade familiar e social de modo a poder elaborar uma proposta de acompanhamento social estruturada para as famílias de oficiais do Exército em missões no estrangeiro. Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na resposta à entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

1. Qual a sua formação académica?
2. Quantos anos tem de experiência e quais as funções que desempenha no exército?
3. Existe algum tipo de trabalho que é efetuado com as famílias dos militares do exército que vão/estão em missão no estrangeiro?
4. Esse trabalho é efetuado com todas as famílias em todas as missões ou foi efetuado apenas de forma pontual?
5. No caso de militares que vão em missão no estrangeiro quais os apoios existentes para estas famílias?
6. No exercício da sua função que problemas identifica nas famílias dos militares antes, durante e após a saída do militar em missão no estrangeiro.
7. Considera importante haver uma maior aposta na área do Serviço Social no que respeita aos trabalhos com as famílias dos oficiais do exército que vão em missão no estrangeiro? Se sim, o que é que considera que está a falhar? (Meios técnicos/financeiros, falta de projetos, falta de técnicos, etc.)